

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 8 | Agosto 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Agosto de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Agosto.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
Artigos	29
Em Análise	31
Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005 – 2008 (<i>mirror statistics</i>)	31
Iniciativas e Medidas Legislativas	41
Abreviaturas Utilizadas	47

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança disponíveis para Julho registaram uma melhoria. Os dados quantitativos, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e à produção industrial, apesar de negativos, apresentaram uma evolução menos desfavorável. A taxa de desemprego diminuiu para 9,4%, e a taxa de inflação registou uma variação homóloga negativa de 2,1% em Julho (9,5% e -1,4% em Junho, respectivamente). Os dados relativos ao 2.º trimestre mostram uma quebra do PIB, em termos homólogos reais, de 3,9% (-3,1% no 1.º trimestre).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes ao mês de Julho continuaram a melhorar. No 2.º trimestre, o PIB apresentou quebras homólogas reais de 4,8% e 4,7% na UE e na AE, respectivamente (-4,7% e -4,9%, no 1.º trimestre). A taxa de desemprego da AE voltou a aumentar no 2.º trimestre para 9,3% (8,8% no trimestre precedente), e a taxa de inflação registou, em Julho, uma variação negativa de 0,7% (-0,1% em Junho).
- * As taxas de juro a 3 meses continuaram a diminuir quer na área do euro quer nos EUA até ao dia 20 de Agosto; comportamento que se estendeu às taxas de juro de longo prazo nas duas regiões.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu, face ao final de Julho, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 20 de Agosto, apresentado um valor de 73 USD/bbl (51€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * Segundo a estimativa rápida do INE, o PIB terá diminuído 3,7%, em termos homólogos reais, no 2.º trimestre (-3,9% no 1.º trimestre). Relativamente ao trimestre anterior, o PIB cresceu 0,3%, saindo, desta forma, da recessão técnica que se vinha a verificar desde o 3.º trimestre de 2008.
- * Os dados qualitativos referentes ao trimestre terminado em Julho apontam para uma melhoria da confiança dos empresários na generalidade dos sectores.
- * A taxa de desemprego foi de 9,1% no 2.º trimestre, mais 0,2p.p. que no trimestre anterior.
- * A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de -1,5% em Julho, situando-se 0,8p.p. abaixo do verificado na área do euro. A inflação subjacente foi de 0,5% (0,3% no mês anterior).
- * Até Julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 8570,4 milhões de euros, 5392 milhões de euros acima do verificado no período homólogo de 2008. O défice primário foi de 5275,1 milhões de euros, representando um agravamento de 5535,7 milhões de euros face ao verificado no mesmo período do ano anterior. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 466,5 milhões de euros, revelando uma redução de 795,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2008. Em sentido inverso, o saldo da execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos situou-se 263 milhões de euros acima do observado no período homólogo, atingindo os 961 milhões de euros.
- * No 1.º semestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o excedente orçamental provisório da Administração Local foi de 24 milhões de euros e o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 95,2 milhões de euros, o que representa uma deterioração de cerca de 100 milhões de euros face à execução do período homólogo de 2008, em cada um destes subsectores.

Comércio Internacional

O INE passou a divulgar dados estatísticos do Comércio Internacional, a partir de uma “estimativa rápida de dados agregados” do Comércio Intracomunitário, 40 dias após o fim do período de referência (prazo já vigente para o Comércio Extracomunitário), razão por que o presente BMEP inclui uma Balança Comercial, estimada, para o período de Janeiro a Junho.

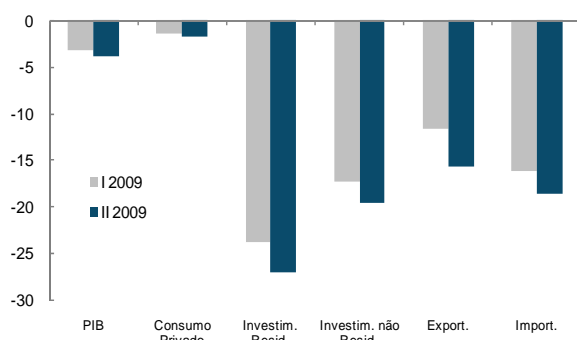
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Maio*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram 12,9%, e as entradas 9,9%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 23,5%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 23,3% face ao período homólogo do ano anterior.
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados**, para o período de *Janeiro a Junho de 2009*, aponta para taxas de variação homólogas de -26% nas saídas e de -26,3% nas entradas de mercadorias.
- * Ponderando os pesos no total, o maior contributo para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses* (-13,1 p.p.), em termos de mercados de destino, coube a Angola, com 1,5 p.p., tendo Marrocos e a China contribuído com 0,1 p.p. cada. A Espanha contribuiu negativamente (-5,4 p.p.).
- * Nos *últimos 12 meses a terminar em Maio*, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 0,9% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-0,9 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os efeitos das medidas de relançamento económico nos diferentes países e a melhoria das condições de financiamento têm vindo a contribuir para a ligeira melhoria da actividade económica mundial. Simultaneamente, a taxa de inflação manteve-se negativa na generalidade das economias avançadas em resultado da fraca procura mundial e dos efeitos de base relacionados com a alta dos preços das matérias-primas em 2008. Nos **EUA**, o PIB diminuiu 3,9% em termos homólogos reais (-3,3% no 1.º trimestre) em resultado da evolução negativa de todas as componentes, com excepção do consumo e investimento público.

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Mais recentemente, assistiu-se à melhoria do indicador de confiança dos empresários da indústria e os dados quantitativos recuperaram ligeiramente, embora continuassem negativos. Em Julho, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 8,3% em termos nominais (-8,9% em Junho);
- a produção industrial caiu 13% (-13,5% em Junho) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria aumentou para 68,5% invertendo a tendência dos últimos meses.

Também em Julho, a taxa de desemprego diminuiu para 9,4% (9,5% em Junho) e a taxa de inflação homóloga continuou a apresentar uma variação negativa, para -2,1% (-1,4% em Junho).

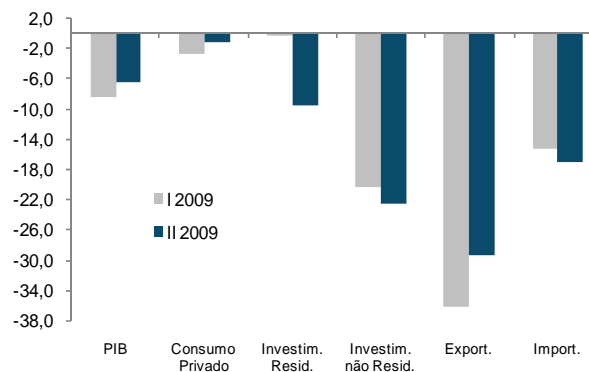
Figura 1.2. Vendas a Retalho dos EUA (VH nominal, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam o prosseguimento da quebra das exportações, pelo 9.º mês consecutivo e o fortalecimento da procura interna, especialmente do investimento. No 2.º trimestre, o PIB do Japão teve uma quebra de 6,5% em termos homólogos reais (-8,3% no 1.º trimestre). Para esta evolução contribuiu essencialmente a melhoria das exportações e do consumo privado que apresentaram quebras menos significativas do que no 1.º trimestre.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

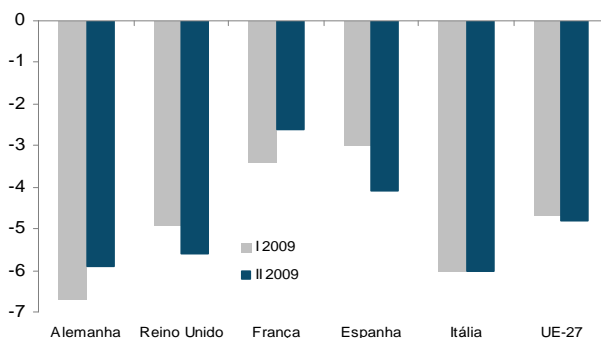
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
EUA – PIB real	VH	BEA	0,4	1,6	0,0	-1,9	-3,3	-3,9	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-2,2	-0,4	-3,2	-6,7	-11,6	-13,2	-12,6	-13,4	-13,5	-13,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,5	49,1	47,4	36,1	35,9	42,6	40,1	42,8	44,8	48,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,4	51,6	50,8	38,9	42,8	45,8	45,2	42,4	49,8	46,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	59,6	64,8	57,7	58,3	68,2	65,1	68,7	70,8	66,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	5,4	6,1	6,9	8,1	9,3	8,9	9,4	9,5	9,4
China – PIB real	VH	NBSC	9,0	10,1	9,0	6,8	6,1	7,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	22,5	23,2	4,7	-20,1	-23,5	-22,6	-26,4	-21,4	-23,0
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	0,6	-0,3	-4,5	-8,3	-6,5	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 2.º trimestre, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) teve uma quebra de 4,8% e de 4,7% em termos homólogos reais (-4,7% e -4,9%, respectivamente no 1.º trimestre). O comportamento do PIB em termos homólogos para as principais economias indica uma ligeira recuperação na Alemanha e em França, uma estabilização na Itália e uma deterioração no Reino Unido e em Espanha.

Figura 1.4. PIB
(VH real, em %)

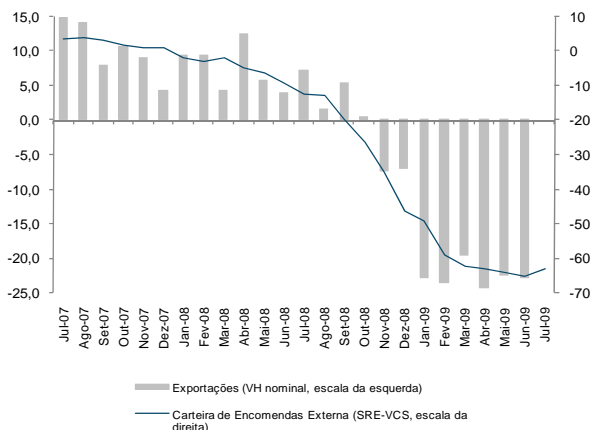


Fonte: Eurostat.

De facto, para a área do euro, no 2º trimestre e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 2,5% em termos reais (-2,7% no 1º trimestre);
- as exportações diminuíram 23,1% em termos nominais (-22% no 1º trimestre);

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

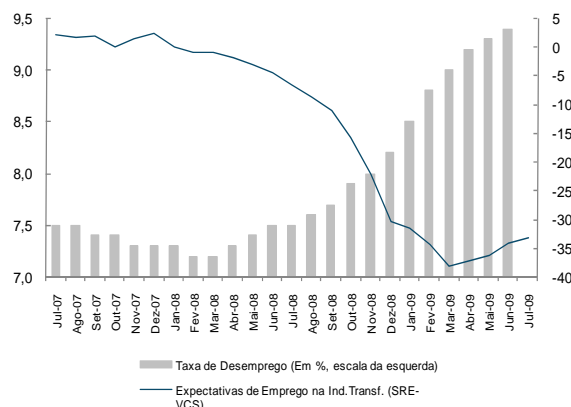
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		2009				
				2T	3T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	0,9	1,7	0,7	-1,6	-4,7	-4,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,7	98,0	88,7	73,1	61,5	67,7	64,0	67,9	71,1	75,0
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	0,7	1,5	0,5	-1,7	-4,9	-4,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,2	97,7	89,9	75,6	65,7	70,3	67,3	70,2	73,2	76,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,8	1,1	-2,3	-9,4	-17,6	-18,3	-20,6	-17,2	-17,1	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,8	-0,3	-1,3	-1,8	-2,7	-2,5	-2,0	-3,0	-2,5	-
Taxa de Desemprego	%	"	7,6	7,4	7,6	8,0	8,8	9,3	9,2	9,3	9,4	-
IHPC	VH	"	3,3	3,6	3,8	2,3	1,0	0,2	0,6	0,0	-0,1	-0,7

- a produção industrial registou uma quebra de 18,3% (-17,6% no 1º trimestre).

A taxa de desemprego prosseguiu a tendência de subida, tendo aumentado para 9,3% na AE (8,8% no 1.º trimestre) com destaque para o maior agravamento na Irlanda e em Espanha, situando-se em 11,9% e em 17,9% (10,2% e 16,4% no 1.º trimestre, respectivamente). Contudo, em Julho, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego voltaram a melhorar para a indústria transformadora (pelo 4.º mês consecutivo) e para os serviços.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

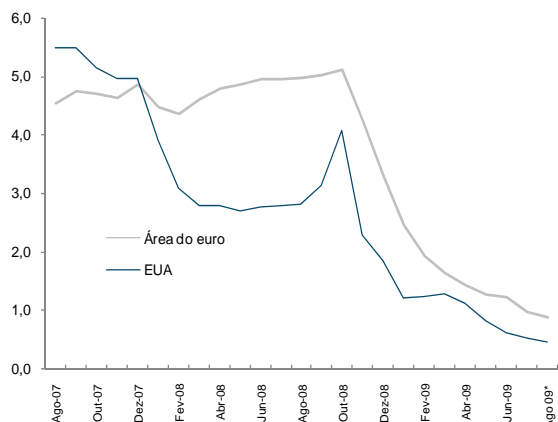
Em Julho e pelo 4º mês consecutivo, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE. Para este resultado contribuiu sobretudo a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria e dos serviços.

Em Julho, a taxa de inflação homóloga da área do euro foi de -0,7% (-0,1% em Junho) e desceu para 1,4% em termos de variação média dos últimos 12 meses (1,8% em Junho). Para esta evolução contribuiu sobretudo a quebra homóloga registada nos preços de energia e nos preços alimentares para -14,4% e -1% (-11,7% e -0,2%, respectivamente em Junho).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na AE e nos EUA, situando-se a 19 de Agosto em 0,85 e em 0,42%, respectivamente.

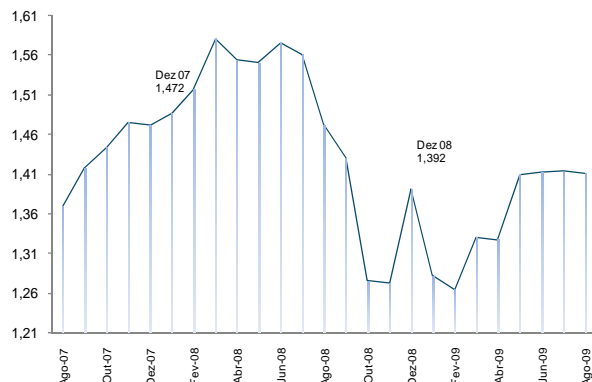
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em Julho, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto nos EUA como na AE, tendo este comportamento sido mais acentuado no caso da AE. O diferencial entre as taxas de juro de longo prazo na área do euro e dos EUA diminuiu para 33 p.b., o nível mais baixo desde Janeiro de 2008.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Agosto, o valor é do dia 19.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

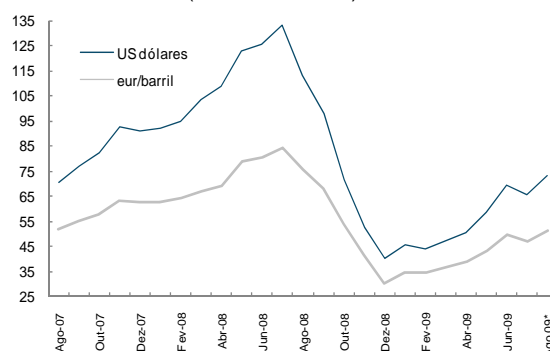
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	4,95	5,28	2,93	1,51	1,10	1,37	1,27	1,10	0,89
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,65	3,87	3,85	3,24	2,72	3,30	2,90	3,29	3,71	3,54
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,30	4,50	4,55	4,04	3,87	3,94	3,82	3,93	4,06	3,87
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,576	1,430	1,392	1,331	1,413	1,328	1,410	1,413	1,414
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-7,4	-4,4	-19,1	-13,3	11,0	7,3	4,1	-0,6	8,6
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	-7,6	-9,4	-19,4	-15,4	16,0	14,7	3,2	-2,0	9,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,43	119,07	114,80	54,93	45,73	59,58	50,86	58,58	69,31	65,69
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	32,9	73,1	53,1	-38,1	-52,8	-50,0	-53,4	-52,3	-44,8	-50,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	22,7	49,5	39,5	-31,8	-45,6	-42,8	-44,3	-45,6	-38,7	-44,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	67,4	76,9	76,4	41,6	33,8	44,3	38,8	40,6	53,4	49,1

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

A taxa de câmbio do euro face ao dólar apresentou uma forte volatilidade em Agosto, após uma relativa estabilização em Julho. Assim, até ao dia 5, o euro apreciou-se consideravelmente, data em que atingiu o valor mais elevado deste ano (1,44), para, de seguida voltar a depreciar-se, tendo-se situado em 1,41 no dia 19 deste mês (sensivelmente igual ao valor registado no final dos últimos 3 meses).

Em Agosto e até dia 19, o preço do petróleo Brent subiu para cerca de 73 USD/bbl (51 €/bbl), o valor mais elevado desde Outubro de 2008, traduzindo as perspectivas mais favoráveis da economia mundial e, especialmente da forte procura proveniente da China.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 19.

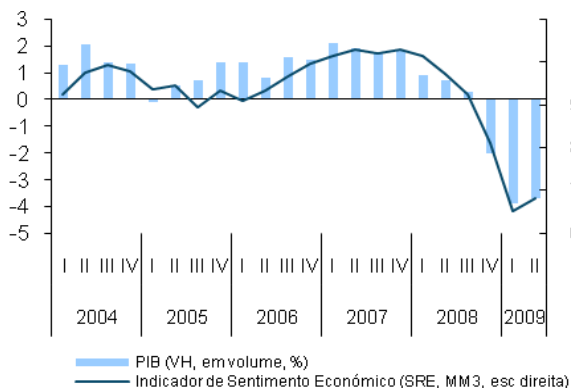
O preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 26% em termos homólogos em Julho (-25% em Junho). Para esta diminuição mais acentuada contribuiu a baixa dos preços dos produtos alimentares (especialmente, milho e soja). Os preços das restantes matérias-primas não energéticas (industriais, metais e agrícolas) apresentaram uma quebra menos acentuada.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 2.º trimestre, a estimativa rápida do INE aponta para uma queda real do PIB de 3,7% em termos homólogos (-3,9% no 1.º trimestre), representando um crescimento de 0,3% face ao trimestre precedente.

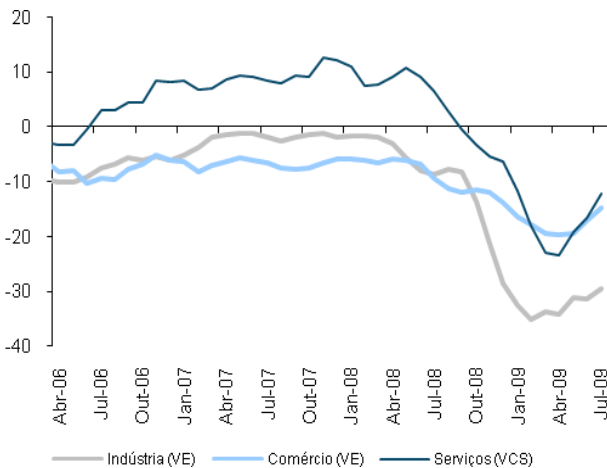
Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico



Fontes: INE e Comissão Europeia.

No trimestre terminado em Julho, os indicadores de confiança apresentaram um comportamento mais favorável na generalidade dos sectores de actividade.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



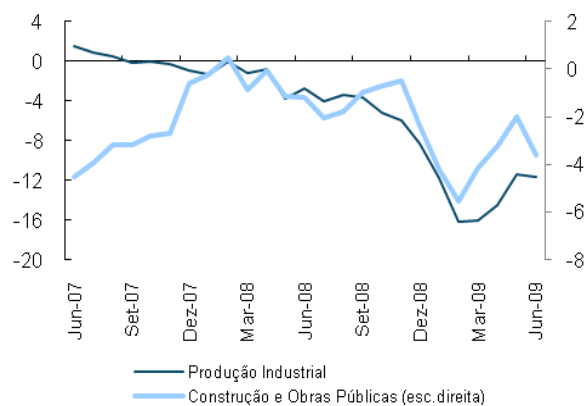
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 2.º trimestre, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios apresentaram quebras de 11,7% e 20,3%, respectivamente (-16,1% e -23,4% no 1.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 3,6% (-4,1% no trimestre precedente);
- nos serviços, os índices de volume de negócios dos serviços e do comércio a retalho registaram variações negativas de 15,8% e 5,5%, respectivamente (-13,9% e -6,2% no trimestre anterior).

Figura 2.3. Índices de Produção

(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

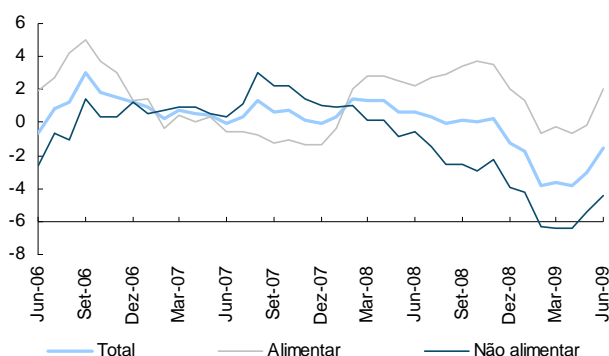
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,0	0,7	0,3	-2,0	-3,9	-3,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	97,2	92,5	77,7	65,1	68,3	62,5	70,9	71,4	75,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-5	-8	-8	-8	-29	-34	-31	-37	-27	-30
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0	-8	-9	-12	-16	-20	-15	-17	-14	-13
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	12	2	9	-1	-6	-23	-17	-22	-13	-15
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-9	-48	-37	-41	-46	-49	-46	-50	-43	-45
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,3	-2,9	-3,6	-8,3	-16,1	-11,7	-13,0	-10,6	-11,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	2,9	5,0	5,1	-10,5	-23,4	-20,3	-22,7	-21,2	-17,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,4	2,5	2,1	-6,5	-13,9	-15,7	-15,5	-17,6	-14,0	:

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, no 2.º trimestre do ano, uma diminuição homóloga de 1,5%, atenuando a quebra do trimestre anterior. Para esta evolução favorável contribuiu tanto a categoria dos bens alimentares, que registou uma variação homóloga de 2%, como a categoria dos bens não alimentares, que apresentou uma quebra homóloga 2p.p. menor do que a exibida no conjunto dos primeiros três meses do ano.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

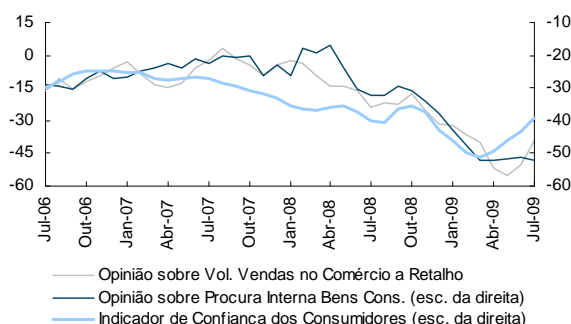


Fonte: INE.

Em Julho, o indicador de confiança dos consumidores acentuou a tendência de recuperação que vem registando desde Abril. Esta evolução reflecte uma melhoria em todas as componentes, em especial no que diz respeito às perspectivas dos consumidores para a evolução da situação económica do país e do desemprego.

Este resultado positivo encontra paralelo nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, cuja avaliação do nível de actividade no sector exibiu uma melhoria face a Junho. No entanto, na indústria transformadora verificou-se, em igual período, uma deterioração das opiniões dos empresários a respeito da evolução da procura interna por bens de consumo.

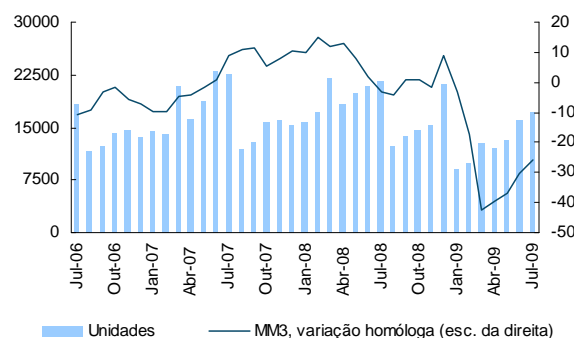
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em Julho o mercado de automóveis ligeiros de passageiros prolongou a tendência de recuperação iniciada no mês de Abril. De facto, as vendas neste segmento apresentaram uma variação homóloga de -20,5%, melhorando 3p.p. face ao resultado obtido em Junho, e afastando-se da evolução observada durante a primeira metade do ano (quebra de 36,1%, em comparação com o 1.º semestre de 2008).

Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,7	1,2	2,2	1,1	-1,7	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-38	-37	-37	-43	-51	-43	-45	-44	-41	-33
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-16	-22	-31	-40	-50	-56	-58	-37	-24
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0,2	0,7	0,1	-1,3	-3,6	-1,5	-1,3	-2,7	-0,5	:
Bens alimentares	VH	"	2,6	2,2	3,5	2,0	-0,2	2,0	1,8	-0,6	4,8	:
Bens não alimentares	VH	"	-1,7	-0,6	-2,5	-3,9	-6,4	-4,4	-3,9	-4,6	-4,8	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	1,9	0,9	9,1	-42,5	-30,1	-33,9	-33,6	-23,5	-20,5
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,8	3,6	5,4	2,2	-3,8	:	-9,2	-9,9	:	:

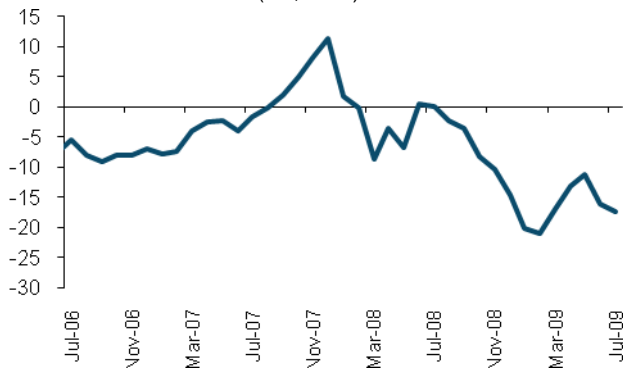
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o trimestre terminado em Julho apontam para a continuação da tendência desfavorável no investimento. Este comportamento reflecte a manutenção de uma evolução negativa na generalidade das componentes do investimento. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 17,4%, em termos homólogos (-16,1% no 2.º trimestre);

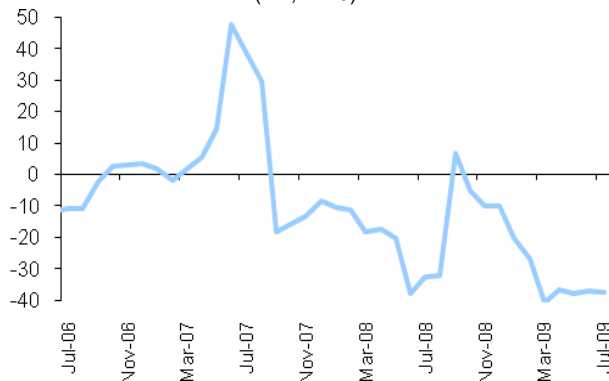
Figura 2.7. Vendas de Cimento (VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação de -37,3% (-36,8% no 2.º trimestre);

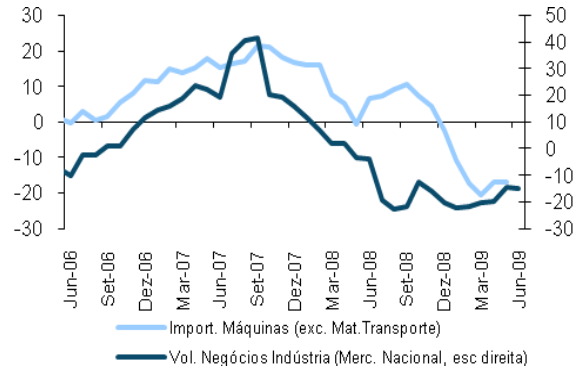
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso estabilizaram, num patamar muito negativo, face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento (VH, MM3)



Fonte: INE.

No 2.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma quebra em termos homólogos de 20,4% (-20,1% no 1.º trimestre).

Nos meses de Abril e Maio, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos médios homólogos nominais, de 18% (-20,5% no 1.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

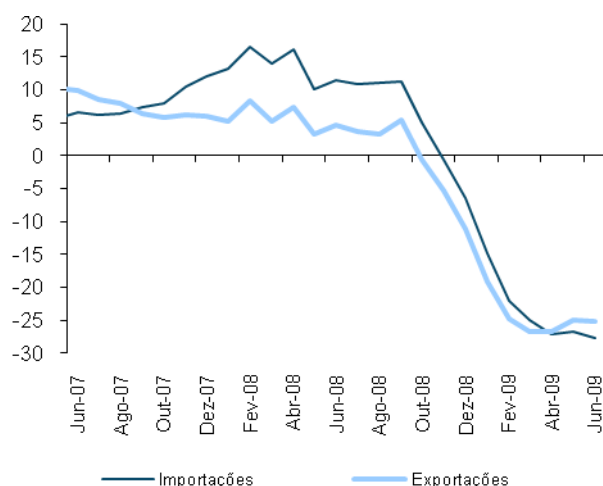
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,7	2,9	-1,2	-7,9	-16,9	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	0,5	-3,4	-14,7	-16,9	-16,1	-13,4	-17,1	-17,8	-17,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19,0	-38,0	6,6	-10,2	-40,5	-36,8	-32,8	-41,8	-35,0	-34,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-1,8	5,7	-3,5	-23,0	-38,2	-48,5	-53,3	-32,6	-56,9	-28,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	-18	-21	-30	-37	-33	-22	-31	-47	-15
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-30,4	-18,3	-37,3	-47,4	-48,9	-51,5	-54,6	-47,3	-52,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	423,7	6,7	10,7	-2,5	-20,5	:	-12,9	-23,1	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,0	-3,9	-21,5	-20,1	-20,4	-14,9	-20,8	-9,0	-14,9	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

No 2.º trimestre, de acordo com a informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS, os dados do comércio internacional mantêm uma forte quebra dos fluxos comerciais. Assim, neste trimestre, quer as exportações quer as importações de bens registaram quebras homólogas nominais de 25,2% e 27,6%, respectivamente (-26,7% e -25% no 1.º trimestre).

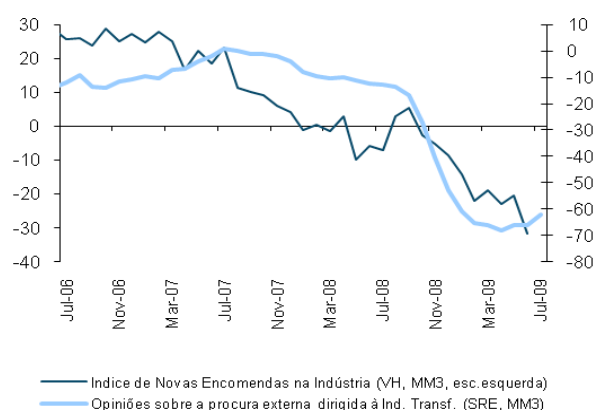
Figura 2.10. Fluxos do comércio internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE. Nota: incorpora informação do SDDS para o último mês.

Essa evolução é em grande medida determinada pela queda das exportações e importações de bens, tanto para o mercado intracomunitário como extracomunitário. Refira-se contudo que, ao nível das importações, o fluxo extracomunitário tem registado quebras mais expressivas, influenciado pela diminuição do preço dos combustíveis nos mercados internacionais.

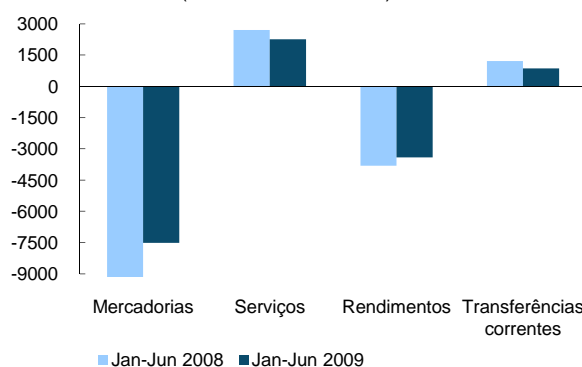
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Apesar da ligeira recuperação verificada nos últimos meses, as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria mantêm-se num nível negativo.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente diminuiu, até Junho, 2.477 milhões de euros, sobretudo devido à diminuição do défice da balança de bens. Por sua vez, também o saldo positivo da balança de capital diminuiu 649 milhões de euros, no mesmo período.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

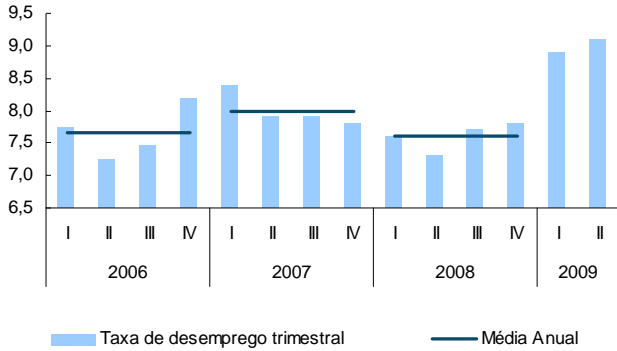
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mar	Abr	Mai	Jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,5	2,2	10	-8,8	-20,8	:	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	2,1	4,5	3,4	-4,7	-20,4	:	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-9,6	-9,3	-10,6	-9,0	-6,5	:	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-10,3	-10,3	-12,1	-8,1	-9,4	:	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-7,0	4,5	5,3	-11,1	-26,7	-25,2	-30,2	-218	-28,1	-25,0
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-2,2	11,4	11,3	-6,4	-25,0	-27,6	-31,2	-19,3	-30,8	-30,0

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009		
				Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun	Var. Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17416	-1725	-8.771	-1227	-6.943	1828
Saldo Balança de Bens	"	"	-21256	-1839	-10.384	-1.114	-7.511	2.872
Saldo Balança de Serviços	"	"	6441	602	2.700	497	2.256	-444
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7817	-845	-3.810	-714	-3.408	402
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2467	173	1213	77	859	-353

Mercado de Trabalho

No 2.º trimestre de 2009, a taxa de desemprego cifrou-se, de acordo com os dados do INE, em 9,1%, mais 0,2p.p. que no trimestre anterior. O número total de indivíduos desempregados ascendeu a cerca de 507 mil, o que representa um aumento de 2,4% face aos primeiros três meses do ano, e de 23,9% face a igual período de 2008.

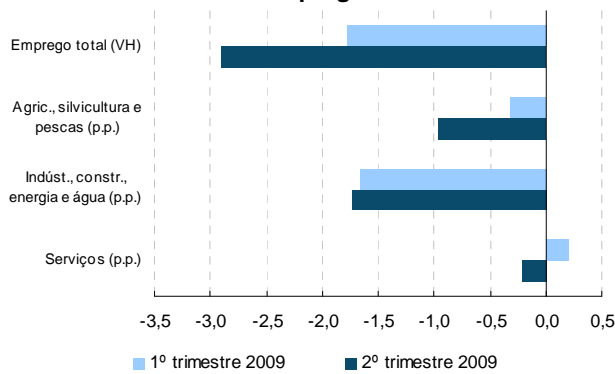
Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE.

O emprego total exibiu uma variação homóloga de -2,9% (-1,8% no trimestre precedente), acentuando assim a tendência iniciada no 3º trimestre de 2008. As principais quebras do emprego continuaram a concentrar-se na indústria (-8,3%) e nas actividades relacionadas com a agricultura, silvicultura e pescas (-5,9%), mas a variação homóloga do emprego nos serviços (-0,4%) merece também destaque, uma vez que o último resultado negativo do sector datava do 2º trimestre de 2007.

Figura 2.14. Contributos para o crescimento do emprego



Fonte: INE.

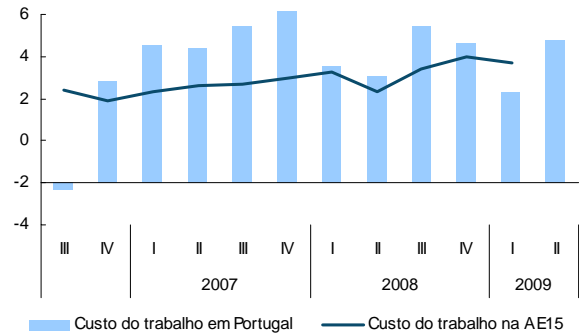
Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008			2009		2009			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Taxa de Desemprego	%	INE	7,6	7,3	7,7	7,8	8,9	9,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,5	1,4	-0,1	-0,2	-1,8	-2,9	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	6,6	-1,6	-0,7	6,6	23,8	28,1	27,3	27,6	28,1	30,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	11,1	10,1	12,4	25,6	38,3	23,3	26,2	21,8	21,5	18,5
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	5,5	-2,8	13,0	12,8	-14,1	5,7	-12,5	11,6	19,6	7,1
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	3,0	3,0	3,1	2,5	3,0	2,4	2,7	3,0	3,0
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,3	3,1	5,5	4,6	2,4	4,7	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	3,3	2,3	3,4	4,0	3,7	:	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

O índice do custo de trabalho apresentou uma variação homóloga de 4,7% no 2º trimestre, acelerando face ao conjunto dos três meses precedentes (2,4%). Para este resultado concorreram um aumento do custo médio do trabalho (2,8%) e uma diminuição do número de horas trabalhadas (1,8%).

Figura 2.15. Índice do Custo de Trabalho (VH, %)



Fonte: INE.

De acordo com os dados do IEFP, em Julho o número de novos desempregados inscritos registou um crescimento homólogo de 18,5%, abrاندando face ao mês anterior. No final do período, o desemprego ascendia a cerca de 496 mil indivíduos, o que representa um aumento 30,1% face a igual período de 2008.

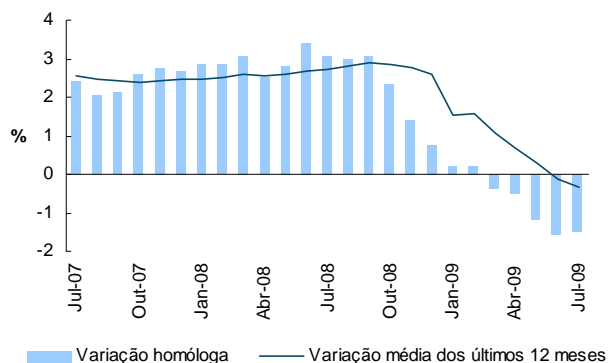
As ofertas de emprego e as colocações – que em Maio e Junho haviam exibido um comportamento fortemente positivo – registaram, em Julho, um abrandamento. Em termos homólogos, as colocações apresentaram uma variação de 5%, e as ofertas de emprego aumentaram 7,1% (variações de 9,6% e 19,6% em Junho, respectivamente).

Até ao final de Julho, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 3% (3,1% em igual mês de 2008). O número de trabalhadores abrangidos ascendia a cerca de 866 mil, mais 103 mil que no final de Junho, mas menos 225 mil que em igual período de 2008.

Preços

Em Julho, o Índice de Preços no Consumidor apresentou uma variação homóloga de -1,5%, atenuando ligeiramente a quebra do mês anterior (-1,6%). Face a Junho o IPC diminuiu 0,5%, contribuindo para que a taxa de variação média dos últimos 12 meses se cifrasse em -0,3%, (menos 0,2p.p. que em Junho).

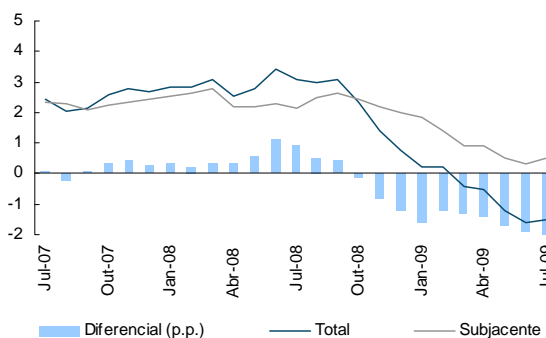
Figura 2.16. IPC



Fonte: INE.

Para este resultado contribuiu a categoria “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” e a categoria dos “Transportes. Em sentido contrário, contribuíram positivamente as categorias “Restaurantes e hotéis” e “Habitação, água, gás, electricidade e outros combustíveis”, cujas variações homólogas se cifraram em 2,7% e 2,0%, respectivamente.

Figura 2.17. IPC Total e IPC subjacente
(VH, %)

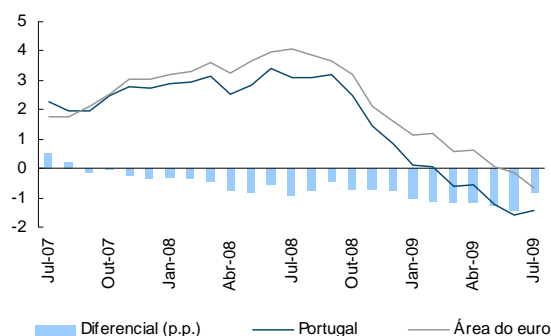


Fontes: INE.

A variação homóloga do IPC, excluindo bens energéticos e alimentares não transformados, aumentou para 0,5% em Julho, mais 0,2p.p. do que no mês anterior.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal recuperou ligeiramente (-1,4%, que compara com -1,6% em Junho), mantendo-se, no entanto, como um dos valores mais baixos da área do euro. O diferencial face à área do euro diminuiu para -0,8p.p. (-1,4p.p. em Junho), tendo esta evolução resultado, sobretudo, da diminuição da variação homóloga do IHPC na área do euro (de -0,1% em Junho para -0,6%, em Julho).

Figura 2.18. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

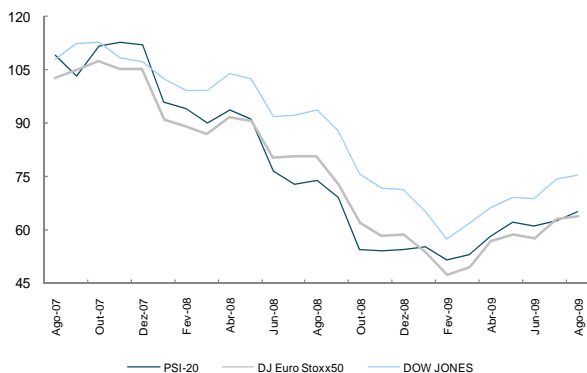
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009						
				Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,6	-0,5	-0,7	0,0	0,8	0,2	-0,2	0,1	-0,5
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	1,4	0,8	0,2	0,2	-0,4	-0,5	-1,2	-1,6	-1,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,6	2,7	2,6	1,5	1,6	1,0	0,7	0,3	-0,1	-0,3
IPC – Bens	VH	"	2,4	0,5	-0,4	-0,7	-0,8	-1,8	-2,0	-2,9	-3,5	-3,8
IPC – Serviços	"	"	3,0	2,9	3,0	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,9	2,1
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,4	2,2	2,0	1,8	1,4	0,9	0,9	0,5	0,3	0,5
IHPC	"	"	2,7	1,4	0,8	0,1	0,1	-0,6	-0,6	-1,2	-1,6	-1,4
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,6	-0,7	-0,8	-1,0	-1,1	-1,2	-1,2	-1,3	-1,4	-0,8

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Agosto, os índices bolsistas internacionais continuaram a evoluir favoravelmente, associados, em parte, à apresentação dos resultados das empresas mais favoráveis do que os previstos.

Em termos médios e até 19 de Agosto, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 35% e 31%, respectivamente, face ao final de Fevereiro (mês em que atingiu o mínimo do ano).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Março 2007=100, fim do período)

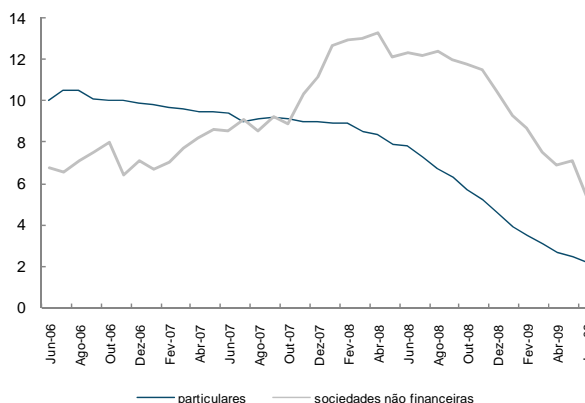


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Agosto, o valor é do dia 19.

Em linha com a evolução favorável dos índices bolsistas internacionais, em termos médios e até ao dia 19 de Agosto, o índice PSI-20 subiu 27% face ao final de Fevereiro.

Em Junho, assistiu-se à continuação do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 2,2% (2,5% em Maio), tendência que abrangeu tanto o crédito à habitação como o crédito ao consumo.

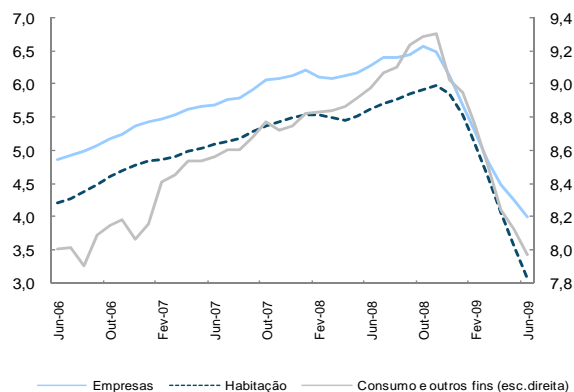
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas não financeiras e para os particulares, tendo sido mais acentuada para estes últimos, as quais caíram para 4,1% em Junho (4,5% em Maio) devido sobretudo à redução verificada no crédito à habitação em 48 p.b. para 3,1%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

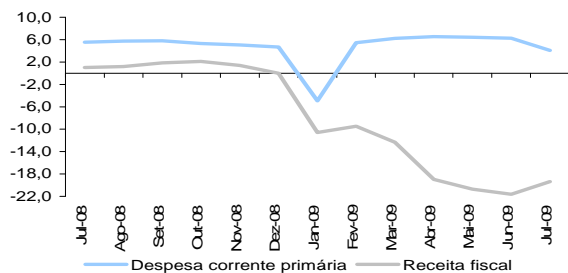
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008		2009						
				Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,0	4,0	4,6	4,8	4,5	4,3	4,4	4,4	3,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	77	103	128	173	155	114	80	99	59
PSI20*	VC	CMVM	-51,3	-0,9	0,6	1,5	-6,7	2,8	9,4	6,9	-1,6	2,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	4,3	4,8	4,3	3,8	3,5	3,2	2,9	2,7	2,5	:
- para consumo	va**	"	8,9	10,0	8,9	8,6	7,7	6,6	5,7	4,3	4,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	10,5	11,5	10,5	9,3	8,7	7,5	6,9	7,1	5,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,86	5,99	5,86	5,55	5,13	4,62	4,07	3,56	3,08	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,13	6,50	6,13	5,71	5,33	4,85	4,50	4,27	4,01	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 8570,4 milhões de euros, apresentando, face ao período homólogo, um agravamento de 5392 milhões de euros. O défice primário foi de 5275,1 milhões de euros, 5535,7 milhões de euros acima do verificado no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



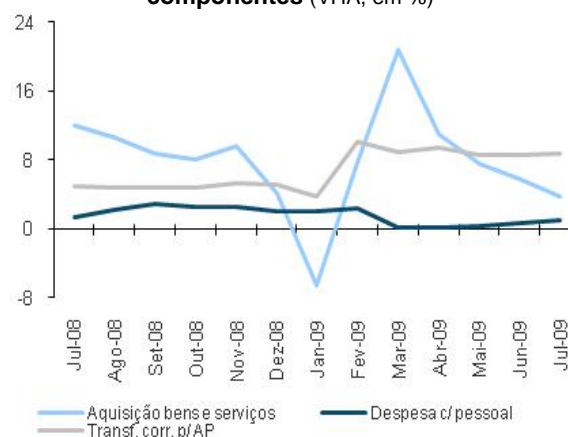
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 19,4%, condicionada pelos efeitos das medidas de política e pela contracção da actividade económica, tendo as receitas dos impostos directos e indirectos registado uma diminuição de 19,9% e 18,9%, respectivamente. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo na receita dos impostos indirectos – IVA, imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, e imposto sobre veículos – e pela menor receita dos impostos directos. Descontando os efeitos das medidas de política, a receita fiscal registaria um decréscimo de 9,8%; no entanto, face ao mês anterior, a receita fiscal apresentou um menor decréscimo, reflectindo já a atenuação do efeito de antecipação dos reembolsos, em particular do IRS; e
- um crescimento da despesa total em 3,7%, justificado pelos aumentos da despesa corrente primária e da despesa de capital, 4,1% e 15,8%, respectivamente. Para o aumento da despesa corrente primária contribuíram, essencialmente, as transferências correntes que, em termos comparáveis, aumentaram 8,9% e a aquisição de bens e serviços (3,8%). Inversamente ao verificado

69,5% reflectindo a verba paga, em Julho de 2008, relativa à amortização do défice tarifário. A redução na despesa com pessoal reflecte a reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. Corrigindo também deste efeito, a despesa com pessoal aumentou 1%. Os juros e outros encargos da dívida registaram um decréscimo de 4,2%. O aumento da despesa de capital resulta do maior grau de execução da Iniciativa para o Investimento e o Emprego, cuja despesa aumentou 12,7%.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fontes: DGO e GPEARI.

Em 31 de Julho, a dívida directa do Estado situou-se nos 128,7 mil milhões de euros, constatando-se uma diminuição de 1372 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, fundamentalmente, a amortização de Obrigações do Tesouro e de Certificados de Aforro, reduzindo os respectivos *stocks* e, embora em sentido contrário, a emissão líquida positiva de Bilhetes do Tesouro e de CEDIC.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Jun-09	Jul-09			31-Jul-09
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	107 843	5 506	7 065	- 83	106 202
Bilhetes do Tesouro	14 458	2 275	1 405	0	15 329
Obrigações do Tesouro	92 924	1 835	5 660	- 70	89 029
Não Transaccionável	22 261	3 651	3 381	0	22 531
Certificados de Aforro	17 142	73	89	0	17 126
CEDIC	4 812	2 867	2 673	0	5 006
Total	130 105	9 156	10 446	- 83	128 733

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2008	2009	2008	2009	2009			
	Jan a Jul		Jan a Jul		Abr	Mai	Jun	Jul
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	23528	19115	59,2	46,1	-16,6	-17,8	-20,7	-18,8
Receita corrente	22742	18795	58,0	46,8	-17,4	-18,2	-19,2	-17,4
Impostos directos	9150	7328	61,9	48,0	-16,2	-21,9	-24,4	-19,9
Impostos indirectos	11475	9303	53,0	42,6	-20,7	-19,8	-19,5	-18,9
Despesa Total	26707	27685	57,0	56,3	4,4	4,2	5,4	3,7
Despesa corrente primária	21773	22659	56,1	57,5	6,6	6,5	6,2	4,1
Despesa corrente	25212	25954	57,5	57,6	4,2	4,2	5,0	2,9
Despesa com pessoal	7921	6411	56,6	59,8	-19,7	-19,5	-16,1	-19,1
Aquisição bens e serviços	603	627	37,2	41,9	10,9	7,6	5,9	3,8
Subsídios	635	194	55,3	27,7	112,4	89,3	77,2	-69,5
Juros	3439	3295	68,2	57,8	-16,3	-13,3	-2,7	-4,2
Transferências corr. p/ AP	10912	13590	57,0	59,7	23,6	22,8	21,5	24,5
Saldo Global	-3178	-8570	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	261	-5275	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.
Fonte: DGO.

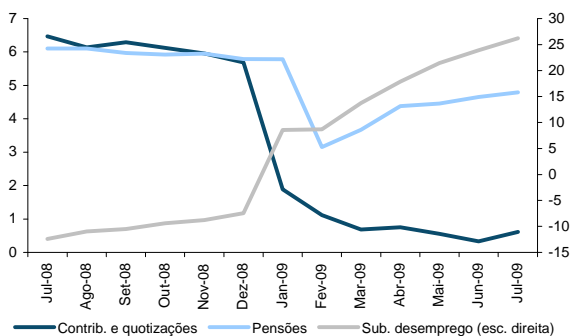
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Julho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 466,5 milhões de euros, revelando uma redução de 795,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2008, caracterizou-se por:

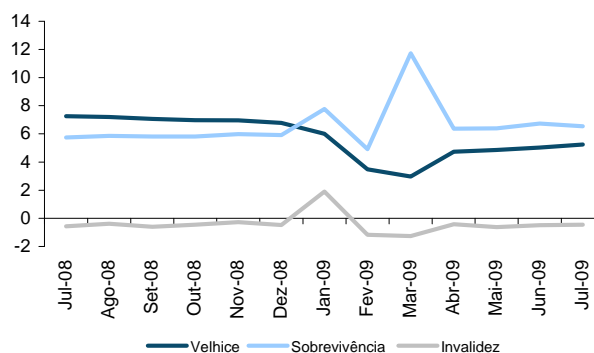
- um aumento da receita corrente em 2,9% influenciada essencialmente pela evolução das transferências correntes da Administração Central (12,3%) e das contribuições (0,6%); por outro lado, as transferências correntes do Fundo social Europeu diminuíram 28,7%; e
- um aumento da despesa corrente em 10,2%. Para este resultado contribuiu, sobretudo, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (4,8%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (26,2%), subsídio familiar a crianças e a jovens (25,6%) e, com menor peso, complemento solidário para idosos (174,9%). As acções de formação profissional tornaram a registar um acréscimo (36,4%), sendo que as acções suportadas pelo Fundo Social Europeu aumentaram 18,1%. O aumento no subsídio de desemprego foi acompanhado por um aumento do número de beneficiários em 39,2%. O número de beneficiários do subsídio por doença registou, igualmente, um acréscimo de 16,4%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



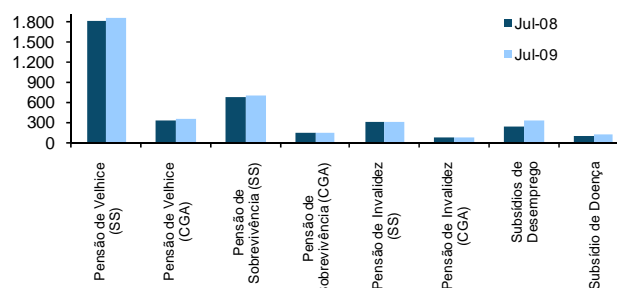
Fonte: MTSS.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Julho, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 60,3 milhões de euros, o qual compara com um défice de 227,7 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 14,2%, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado e das contribuições. A despesa corrente aumentou 6,8%, traduzindo, no essencial, os aumentos das despesas em pensões (6,8%) e, embora em menor grau, em aquisição de bens e serviços (22,7%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2008		2009		2008		2009			
	Jan a Jul		Jan a Jul		Jan a Jul		Jan a Jul			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	12530	12877	2,8	56,5	54,3	4100	4684	14,2	54,6	61,5
Contribuições e quotizações	7463	7509	0,6	57,3	54,2	2137	2146	0,4	52,0	56,1
Transferências correntes da Adm. Central	3708	4166	12,3	58,1	61,2	1914	2466	28,8	56,7	67,1
Despesa Total	11268	12410	10,1	52,5	56,0	4328	4623	6,8	55,8	58,6
Pensões	7282	7631	4,8	55,9	55,9	4304	4597	6,8	55,9	58,7
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	899	1135	26,2	50,5	71,9	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	2083	2416	16,0	52,1	58,7	-	-	-	-	-
Saldo Global	1262	466	-	-	-	-228	60	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Julho, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 961 milhões de euros, verificando-se uma melhoria de 268,2 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 5,4%, reflectindo o crescimento da receita de capital e da receita corrente, em 55% e 2,6%, respectivamente. O aumento das receitas de capital reflecte o aumento das transferências da União Europeia (85,3%) e, em menor grau, dos outros subsectores das Administrações Públicas (35,4%). A composição da receita corrente está influenciada pela reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA de contribuições para transferências correntes recebidas de outros sectores da Administração Pública. Retirando o efeito desta reclassificação, no primeiro semestre, as transferências correntes recebidas de outros subsectores aumentariam 5% e a receita de contribuições revelaria um crescimento de 13,5%, pois, os serviços integrados passaram a contribuir mensalmente para a CGA; e
- um aumento da despesa em 3,6%. A despesa corrente apresenta um acréscimo de 1,2%, justificado, essencialmente, pelo aumento da aquisição de bens e serviços (8,9%), das transferências correntes (4,4%), que reflecte o crescimento das pensões e abonos da responsabilidade da CGA, e das outras despesas correntes (119,9%). A diminuição das restantes componentes da despesa corrente, nomeadamente, despesas com pessoal (-21%), subsídios atribuídos (-17%) e, embora com menor peso, juros e outros encargos (-32,6%), compensou parcialmente os aumentos verificados. A despesa de capital registou um aumento de 44,8%, reflectindo o aumento das transferências de capital (79%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Julho, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde, na componente integrada nos serviços da administração pública, foi de 281,2 milhões de euros, observando-se um aumento no excedente orçamental de 64,7 milhões de euros face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo do ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento de 1,9% na receita, justificado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências correntes recebidas (3,3%). Em sentido contrário, observou-se um decréscimo das outras receitas correntes em 18,4%; e
- um ligeiro aumento da despesa em 0,6%, justificado, principalmente, pelo aumento da aquisição de bens e serviços (9,9%) e, com menor peso, dos subsídios (73,2%). Contrariamente, observaram-se decréscimos na despesa com pessoal, nas transferências de capital e correntes e, por último, nos juros e outros encargos. Este comportamento da despesa corrente reflecte, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2008, as quais se consubstanciam numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Jun		Jun	Jul	Jan a Jun		Jun	Jul
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	13 360	14 082	5,9	5,4	4 814	4 905	2,2	1,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 595	2 146	-39,6	-40,3	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	6 401	8 664	31,3	35,4	4 609	4 719	2,4	2,4
Despesa Total	12 662	13 121	5,3	3,6	4 597	4 624	1,8	0,6
Despesa com pessoal	2 068	1 634	-18,9	-21,0	922	571	-44,1	-38,1
Aquisição de bens e serviços	3 934	4 285	11,7	8,9	3 424	3 764	13,2	9,9
Transferências correntes	5 358	5 595	4,3	4,4	94	94	2,0	-0,3
Saldo Global	698	961	-	-	216	281	-	-

Fonte: DGO.

Administrações Local e Regional

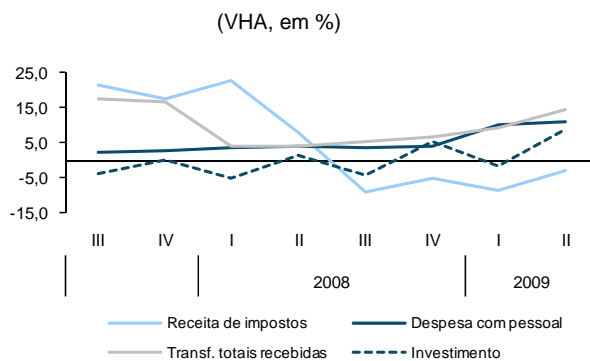
Administração Local

No primeiro semestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 24 milhões de euros, o que compara com um excedente de 132,8 milhões de euros registado no ano anterior, contemplando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2008, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 4,8%, influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências correntes e de capital recebidas ao abrigo da Lei das Finanças Locais, dos impostos directos e das outras receitas de capital; inversamente, observou-se um decréscimo da receita fiscal, devido à diminuição de 36,2% nos impostos indirectos, na venda de bens de investimento e na venda de bens e serviços correntes; e
- um aumento da despesa total em 8,4%, reflectindo, especialmente, o aumento das despesas com pessoal (11,1%), das despesas em aquisição de bens e serviços (6,8%), das transferências (8,8%) e dos subsídios (10,8%). O aumento da despesa com pessoal deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que diz respeito ao pessoal não docente.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes



Fonte: DGO.

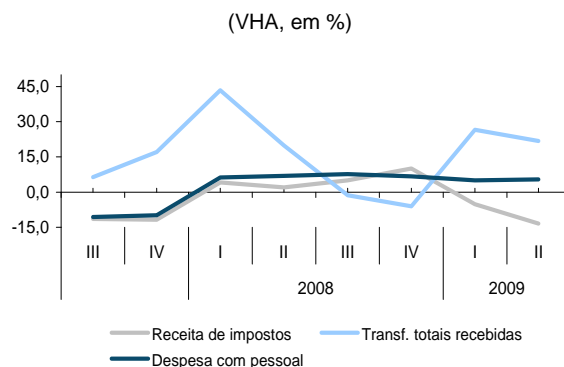
Administração Regional

No primeiro semestre de 2009, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 95,2 milhões de euros, que compara com um excedente de 17,9 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2008, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 7,6%, reflectindo o comportamento negativo das receitas de capital (34,4%) e das receitas correntes (3,6%). Constatou-se um decréscimo na receita dos impostos directos (31,9%) e dos impostos indirectos (1,8%); e
- um aumento da despesa total em 4,5%, que reflecte, essencialmente, um aumento das despesas com pessoal (5,4%), das transferências correntes (10,2%), da aquisição de bens e serviços (4,5%) e dos juros e outros encargos (16%). As despesas de capital registaram um decréscimo de 6,2%, traduzindo a queda de 20,1% nas transferências.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2008		2009		2008		2009	
	Jan a Jun		Mar	Jun	Jan a Jun		Mar	Jun
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	3 321	3 481	3,1	4,8	937	865	-1,7	-7,6
Impostos	1 201	1 169	-8,5	-2,7	571	494	-5,1	-13,4
Transferências correntes	933	1 069	9,4	14,6	199	243	26,5	21,8
Despesa total	3 188	3 457	6,7	8,4	919	961	3,1	4,5
Pessoal	1 037	1 152	10,3	11,1	378	399	5,0	5,4
Aquisição de bens e serviços	757	809	10,6	6,8	113	118	9,7	4,5
Transferências correntes	235	255	15,2	8,8	199	219	25,2	10,2
Investimento	755	823	-1,6	9,0	91	96	-25,8	5,1
Saldo global	133	24	-	-	18	-95	-	-

Fonte: DGO

Nota: * Universo Comparável

3. Comércio Internacional

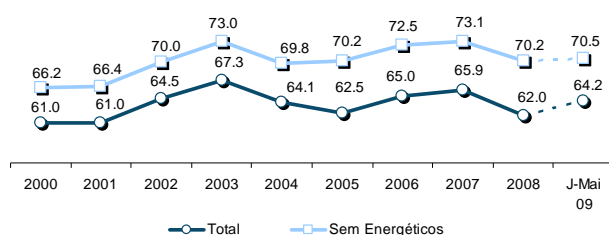
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Maio de 2009, as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) decresceram 13,1% em termos homólogos, e as entradas 10,3% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 12,9% e as entradas 9,9%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Maio			VH	
	2008	2009	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	16 718	12 267	-26.6	-25.0	-13.1
Entradas (cif)	26 256	19 105	-27.2	-26.8	-10.3
(fob)	25 069	18 242	-27.2	-26.8	-10.3
Saldo (fob-cif)	- 9 538	- 6 839	-28.3	-30.0	-5.1
(fob-fob)	- 8 351	- 5 975	-28.5	-30.4	-4.4
Cobertura (fob/cif)	63.7	64.2	-	-	-
(fob/fob)	66.7	67.2	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	15 763	11 822	-25.0	-23.5	-12.9
Entradas (cif)	21 865	16 764	-23.3	-23.3	-9.9
(fob)	20 877	16 007	-23.3	-23.3	-9.9
Saldo (fob-cif)	- 6 102	- 4 942	-19.0	-22.8	-2.1
(fob-fob)	- 5 114	- 4 184	-18.2	-22.7	-0.6
Cobertura (fob/cif)	72.1	70.5	-	-	-
(fob/fob)	75.5	73.9	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	4 820	3 639	-24.5	-26.6	-6.3
Importações (cif)	8 439	5 214	-38.2	-37.9	-17.5
(fob)	8 057	4 978	-38.2	-37.9	-17.5
Saldo (fob-cif)	- 3 619	- 1 574	-56.5	-52.8	-34.1
(fob-fob)	- 3 237	- 1 339	-58.7	-54.5	-36.1
Cobertura (fob/cif)	57.1	69.8	-	-	-
(fob/fob)	59.8	73.1	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Junho, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Maio.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado: 0.9548

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 8/2009I: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Maio de 2009 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Junho de 2009, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa 2ª versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, em 2009, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio Intracomunitário de 95% nas chegadas e de 97% nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

Nos últimos três meses (Março a Maio). Excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição, face ao período homólogo do ano anterior, de 23,5%. tendo as entradas registado uma descida de 23,3%.

No período de Janeiro a Maio de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 64,2% (70,5% excluindo os energéticos) (Figura 3.1).

Uma **estimativa rápida de dados agregados**, para o período de Janeiro a Junho de 2009, aponta para taxas de variação homólogas de -26,0% nas saídas e de -26,3% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Junho (estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Junho		
	2008	2009	TVH
Saídas (fob)	20 026	14 827	-26.0
Entradas (cif)	31 458	23 171	-26.3
Saldo (fob-cif)	- 11 432	- 8 343	-27.0
Cobertura (fob/cif)	63.7	64.0	-

Segundo dados preliminares disponíveis para o período de Janeiro a Junho de 2009, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão decrescido respectivamente 24,5% e 38,2% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	VH	2008	2009	VH
Janeiro	5 012	3 793	-24.3	3 332	2 401	-27.9
Fevereiro	5 308	3 653	-31.2	3 375	2 356	-30.2
Março	5 111	4 126	-19.3	3 291	2 574	-21.8
Abril	5 462	3 779	-30.8	3 383	2 432	-28.1
Maio	5 363	3 755	-30.0	3 337	2 504	-25.0
Junho	5 202			3 308		
Julho	5 744			3 790		
Agosto	4 481			2 421		
Setembro	5 207			3 268		
Outubro	5 340			3 240		
Novembro	4 748			2 882		
Dezembro	4 197			2 323		
1º Trimestre	15 431	11 572	-25.0	9 998	7 331	-26.7
2º Trimestre	16 027			10 028		
3º Trimestre	15 432			9 478		
4º Trimestre	14 284			8 445		

Com estimativa rápida do mês de Junho no comércio Intra:

Jun	5 202	4 065	-21.9	3 308	2 560	-22.6
-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Maio, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma descida de 13,1% (Quadro 3.4).

Neste período, o único crescimento nas saídas ocorreu no grupo de produtos "Agro-alimentares" (+1,6%).

Em todos os restantes grupos registaram-se descidas: "Máquinas" (-18,0%), "Material de transporte" (-17,7%), "Minérios e Metais" (-17,2%), "Energéticos" (-16,9%), "Químicos" (-14,4%), "Peles, Couros e Têxteis" (-13,8%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-13,6%), "Vestuário e Calçado" (-9,2%), e "Produtos Acabados Diversos" (-6,8%).

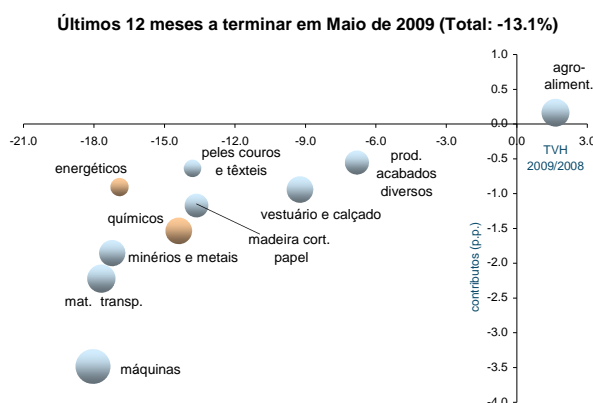
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 1,9% na componente "calçado" e diminuições de 13,0% quer no "vestuário de malha" quer no "vestuário excepto de malha".

Para a acentuada redução das exportações de Energéticos verificada no período de Janeiro a Maio (-53,5%), terá contribuído, em certa medida, a paralização da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro, na sequência de um incêndio. A refinaria voltou a funcionar no final de Fevereiro.

Ponderando os pesos no total, o único contributo positivo para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses coube ao grupo "Agro-alimentares" (0,2 p.p.) (Figura 3.2 e Quadro 3.4).

Contributos negativos deram os restantes grupos de produtos: "Máquinas" (-3,5 p.p.), "Material de transporte" (-2,2 p.p.), "Minérios e metais" (-1,9 p.p.), Químicos (-1,5 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,2 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-0,9 p.p.), "Energéticos" (-0,9 p.p.), "Produtos acabados diversos" (-0,6 p.p.) e "Peles, Couros e Têxteis" (-0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
			Anual		Jan-Mai		média anual 03-08**	últimos 12 meses		Jan-Mai	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
	Intra + Extra UE										
Total das Saídas	16 718	12 267	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-13.1	-13.1	-26.6	-26.6
000 Agro-Alimentares	1 646	1 507	7.8	10.4	9.8	12.3	12.0	1.6	0.2	-8.4	-0.8
100 Energéticos	955	444	2.4	6.1	5.7	3.6	26.6	-16.9	-0.9	-53.5	-3.1
200 Químicos	1 739	1 291	8.7	10.7	10.4	10.5	9.9	-14.4	-1.5	-25.8	-2.7
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 425	1 097	9.6	8.4	8.5	8.9	2.8	-13.6	-1.2	-23.1	-2.0
400 Peles, Couros e Têxteis	742	589	6.1	4.4	4.4	4.8	-1.1	-13.8	-0.6	-20.6	-0.9
500 Vestuário e Calçado	1 613	1 380	15.7	9.7	9.6	11.2	-4.2	-9.2	-0.9	-14.5	-1.4
600 Minérios e Metais	1 835	1 196	6.6	10.7	11.0	9.8	16.3	-17.2	-1.9	-34.8	-3.8
700 Máquinas	3 193	2 046	19.7	19.3	19.1	16.7	5.1	-18.0	-3.5	-35.9	-6.9
800 Material de Transporte	2 183	1 513	15.3	12.6	13.1	12.3	1.4	-17.7	-2.2	-30.7	-4.0
900 Produtos Acabados Diversos	1 385	1 203	8.0	7.7	8.3	9.8	4.6	-6.8	-0.6	-13.2	-1.1
Por memória:											
Total sem energéticos	15 763	11 822	97.6	93.9	94.3	96.4	4.7	-12.9	-12.2	-25.0	-23.6

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 16,4%, cabendo reduções de 16,8% aos países da UE-15 e de 9,4% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros diminuíram 2,9% (Quadro 3.5).

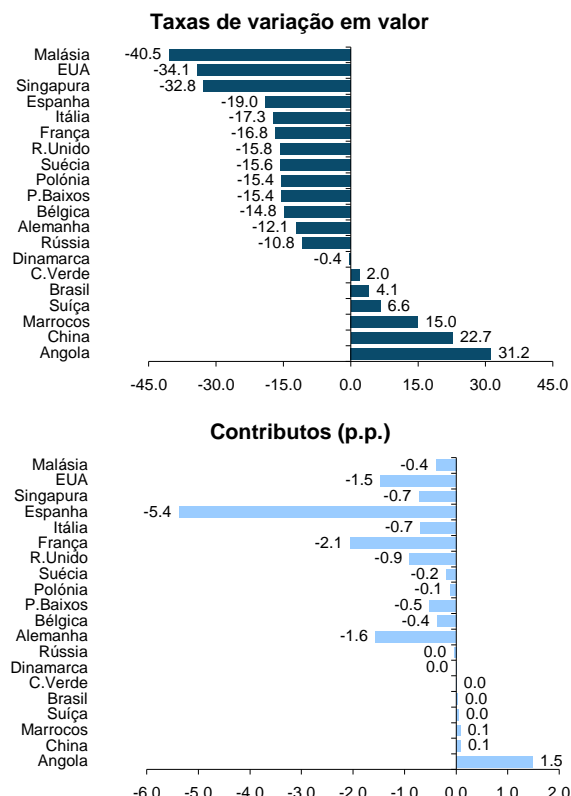
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Espanha (-19,0%), Itália (-17,3%), França (-16,8%), Reino Unido (-15,8%), Suécia (-15,6%), Países Baixos (-15,4%), Bélgica (-14,8%), Alemanha (-12,1%), e Dinamarca (-0,4%). Entre os Países do Alargamento destaca-se a Polónia (-15,4%).

Neste período, regista-se, entre os países terceiros, o incremento das exportações portuguesas para Angola (+31,2%), China (+22,7%), Marrocos (+15,0%), Suíça (+6,6%), Brasil (+4,1%), e Cabo Verde (+2,0%). Assinalam-se diminuições nas exportações para a Malásia (-40,5%), EUA (-34,1%) e Singapura (-32,8%).

Ponderando os pesos no total, o maior contributo para o crescimento da taxa de variação das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino (-13,1 p.p.), coube a Angola (1,5 p.p.), tendo Marrocos e a China contribuído com 0,1 p.p. cada (Figura 3.3 e Quadro 3.4). A Espanha deu um contributo negativo (-5,4 p.p.).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Maio de 2009



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
			anual		Jan-Mai		média anual 03-08*	12 meses [1]		Jan-Mai	
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	16 718	12 267	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-13.1	-13.1	-26.6	-26.6
Intra UE-27	12 755	9 257	81.0	72.9	76.3	75.5	3.3	-16.4	-12.4	-27.4	-20.9
dos quais:											
UE-15	12 304	8 932	79.4	70.2	73.6	72.8	3.0	-16.8	-12.3	-27.4	-20.2
Espanha	4 767	3 274	23.8	26.4	28.5	26.7	7.7	-19.0	-5.4	-31.3	-8.9
Alemanha	2 196	1 684	14.8	13.1	13.1	13.7	3.0	-12.1	-1.6	-23.3	-3.1
França	2 056	1 554	13.2	11.5	12.3	12.7	2.6	-16.8	-2.1	-24.4	-3.0
R.Unido	897	666	10.3	5.5	5.4	5.4	-6.9	-15.8	-0.9	-25.8	-1.4
Itália	648	494	4.7	3.8	3.9	4.0	0.8	-17.3	-0.7	-23.7	-0.9
P.Baixos	555	397	3.8	3.2	3.3	3.2	2.4	-15.4	-0.5	-28.6	-1.0
Bélgica	414	299	4.4	2.5	2.5	2.4	-6.1	-14.8	-0.4	-27.8	-0.7
Suécia	204	158	1.3	1.2	1.2	1.3	3.5	-15.6	-0.2	-22.4	-0.3
Dinamarca	106	103	0.9	0.7	0.6	0.8	1.2	-0.4	0.0	-2.9	0.0
Alargamento	450	324	1.7	2.7	2.7	2.6	16.0	-9.4	-0.2	-28.0	-0.8
Polónia	139	97	0.5	0.8	0.8	0.8	14.1	-15.4	-0.1	-30.2	-0.3
Extra UE-27	3 963	3 010	19.0	27.1	23.7	24.5	13.3	-2.9	-0.7	-24.0	-5.7
dos quais:											
Angola	791	949	2.3	6.2	4.7	7.7	28.4	31.2	1.5	19.9	0.9
EUA	622	377	5.7	3.6	3.7	3.1	-3.5	-34.1	-1.5	-39.4	-1.5
Singapura	360	60	0.8	2.4	2.2	0.5	30.2	-32.8	-0.7	-83.4	-1.8
Malásia	167	18	0.1	1.0	1.0	0.1	67.6	-40.5	-0.4	-89.2	-0.9
Brasil	115	87	0.5	0.9	0.7	0.7	19.9	4.1	0.0	-24.1	-0.2
Suíça	124	121	1.0	0.8	0.7	1.0	0.3	6.6	0.0	-2.1	0.0
Marrocos	99	81	0.5	0.7	0.6	0.7	16.2	15.0	0.1	-17.9	-0.1
C.Verde	103	89	0.5	0.7	0.6	0.7	13.6	2.0	0.0	-13.9	-0.1
Por memória:											
Rússia	81	42	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	-10.8	0.0	-48.2	-0.2
China	66	68	0.5	0.5	0.4	0.6	4.1	22.7	0.1	3.8	0.0
PALOP	958	1 110	3.1	7.3	5.7	9.0	25.0	26.3	1.5	15.8	0.9
EFTA	174	161	1.9	1.1	1.0	1.3	-4.9	2.3	0.0	-7.2	-0.1

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com [1] (Jun 08-Mai 09) / (Jun 07-Mai 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Maio de 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 10,3% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: "Material de transporte" (-2,7 p.p.), "Energéticos" (-1,9 p.p.), "Minérios e metais" (-1,9 p.p.), "Máquinas" (-1,5 p.p.), "Químicos", "Têxteis, Vestuário e Calçado" e "Pele, Madeira, Cortiça e Papel" (-0,6 p.p. cada), "Produtos acabados diversos" (-0,3 p.p.) e "Agro-alimentares" (-0,2 p.p.).

No período de Janeiro a Maio de 2009, a UE-27 foi a origem de 78,4% das entradas de mercadorias, cabendo 76,1% aos países da UE-15 e 2,3% aos doze Países do Alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,5% do total), da Alemanha (13,1%) e de França (8,7%), seguidas das de Itália (5,8%) e dos Países Baixos (5,1%). Entre os países terceiros, destaque para a China (2,3%), EUA (1,9%) e Brasil (1,6%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 4,9% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	Jan-Mai		Anual		Jan-Mai		média anual 03-08**	12 meses [1]		Jan-Mai	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	26 256	19 105	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-10.3	-10.3	-27.2	-27.2
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	3 296	2 852	13.0	13.0	12.6	14.9	7.0	-1.5	-0.2	-13.5	-1.7
100-Energéticos	4 391	2 341	10.1	17.5	16.7	12.3	19.5	-12.3	-1.9	-46.7	-7.8
200-Químicos	3 474	3 011	14.1	13.4	13.2	15.8	5.9	-4.3	-0.6	-13.3	-1.8
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1 149	913	5.5	4.3	4.4	4.8	1.9	-12.5	-0.6	-20.5	-0.9
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 662	1 407	8.3	5.9	6.3	7.4	0.1	-9.2	-0.6	-15.4	-1.0
500-Minérios e Metais	2 671	1 600	8.7	9.9	10.2	8.4	9.9	-18.6	-1.9	-40.1	-4.1
600-Máquinas [3]	4 770	3 641	21.1	19.1	18.2	19.1	5.0	-7.9	-1.5	-23.7	-4.3
700-Material de Transporte [4]	3 408	2 074	13.1	11.7	13.0	10.9	4.6	-22.0	-2.7	-39.2	-5.1
800-Prod. Acabados Diversos	1 436	1 266	6.0	5.3	5.5	6.6	4.1	-4.5	-0.3	-11.8	-0.6
Total sem energéticos	21 865	16 764	89.9	82.5	83.3	87.7	5.2	-9.9	-8.3	-23.3	-19.4
Mercados de origem											
Intra UE-27	19 204	14 973	79.4	72.4	73.1	78.4	5.1	-8.8	-6.5	-22.0	-16.1
dos quais:											
UE-15	18 740	14 537	77.7	70.5	71.4	76.1	5.0	-9.1	-6.6	-22.4	-16.0
Espanha	7 985	6 209	30.0	30.1	30.4	32.5	7.1	-8.3	-2.6	-22.2	-6.8
Alemanha	3 171	2 502	14.6	12.1	12.1	13.1	3.1	-8.4	-1.1	-21.1	-2.5
França	2 339	1 669	9.8	8.3	8.9	8.7	3.6	-16.4	-1.4	-28.7	-2.6
Itália	1 410	1 110	6.4	5.1	5.4	5.8	2.3	-8.4	-0.5	-21.3	-1.1
P.Baixos	1 150	971	4.7	4.6	4.4	5.1	6.6	-3.9	-0.2	-15.6	-0.7
R.Unido	821	622	4.9	3.2	3.1	3.3	-1.8	-9.5	-0.3	-24.2	-0.8
Bélgica	691	573	2.9	2.7	2.6	3.0	5.4	-9.5	-0.3	-17.0	-0.4
Suécia	349	243	1.2	1.3	1.3	1.3	8.8	-2.6	0.0	-30.3	-0.4
Alargamento	463	437	1.7	1.9	1.8	2.3	9.1	5.5	0.1	-5.7	-0.1
Extra UE-27	7 053	4 132	20.6	27.6	26.9	21.6	13.5	-14.5	-3.8	-41.4	-11.1
dos quais:											
Nigéria	825	234	1.6	2.9	3.1	1.2	21.0	-21.1	-0.5	-71.6	-2.2
Brasil	646	306	1.6	2.3	2.5	1.6	15.6	-32.0	-0.8	-52.7	-1.3
China	457	436	0.9	2.3	1.7	2.3	29.3	17.9	0.3	-4.6	-0.1
EUA	509	362	1.9	1.8	1.9	1.9	5.5	-18.3	-0.3	-28.8	-0.6
Líbia	471	118	0.9	1.7	1.8	0.6	22.4	-33.2	-0.5	-75.0	-1.3
Argélia	219	144	0.5	1.2	0.8	0.8	26.5	1.5	0.0	-34.3	-0.3
Noruega	280	242	1.3	1.2	1.1	1.3	5.0	-4.4	-0.1	-13.6	-0.1
Arábia Saud.	251	153	0.8	1.1	1.0	0.8	16.4	6.2	0.1	-39.2	-0.4
Japão	231	148	1.6	1.0	0.9	0.8	-2.5	-8.1	-0.1	-36.0	-0.3
Índia	216	113	0.4	0.8	0.8	0.6	24.5	-13.9	-0.1	-47.7	-0.4
Irake	184	65	0.0	0.7	0.7	0.3	860.4	7.2	0.0	-64.7	-0.5
Angola	193	50	0.0	0.7	0.7	0.3	179.3	-39.9	-0.3	-73.9	-0.5
Rússia	229	132	1.2	0.7	0.9	0.7	-4.9	-48.5	-0.5	-42.1	-0.4
OPEP[5]	2 366	933	4.2	9.4	9.0	4.9	25.4	-13.3	-1.0	-60.6	-5.5
EFTA	473	379	2.3	1.9	1.8	2.0	3.4	-9.6	-0.2	-19.9	-0.4
PALOP	199	59	0.1	0.8	0.8	0.3	54.2	-34.4	-0.3	-70.4	-0.5

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Jun 08-Mai 09) / (Jun 07-Mai 08) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

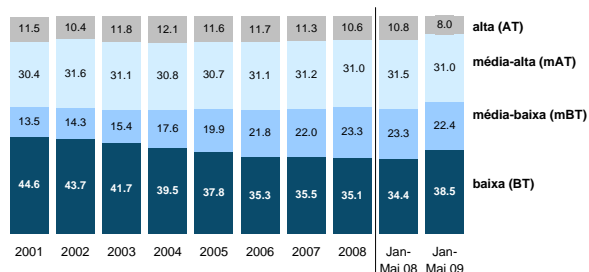
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

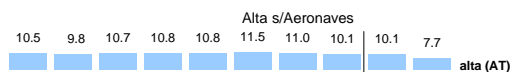
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Apresentam-se de seguida os *dados de base declarados* do INE, que não englobam estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Maio de 2009*.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

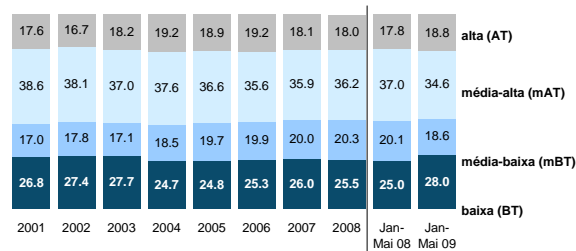
Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 10,8% para 8,0%, reflectindo principalmente uma descida de 2,6 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 34,4% para 38,5%, a que corresponderam subidas de 1,7 p.p. nos "Produtos alimentares, bebidas e tabaco", de 1,4 p.p. nos "Têxteis, vestuário, couros e calçado", e de 1,0 p.p. na "Pasta de papel, papel, cartão e publicações".

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos. Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 8/2009 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2008	Janeiro a Maio		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2008	2009	média 2003-08	2008/07	Jan-Mai 2009/08	2007	2008	Jan-Mai 2008	Jan-Mai 2009	2008	Jan-Mai 2009		
SAÍDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	34 761 413	15 429 493	10 895 916	5.0	-0.7	-29.4	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-29.4		
Alta tecnologia	3 699 678	1 672 449	873 304	2.8	-6.3	-47.8	11.3	10.6	10.8	8.0	-0.7	-5.2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 492 921	1 543 250	837 298	3.7	-9.2	-45.7	11.0	10.1	10.1	7.7	-1.0	-4.6		
Média-alta tecnologia	10 760 740	4 858 171	3 381 646	5.0	-1.5	-30.4	31.2	31.0	31.5	31.0	-0.5	-9.6		
Média-baixa tecnologia	8 087 039	3 598 377	2 445 312	14.1	5.1	-32.0	22.0	23.3	23.3	22.4	1.1	-7.5		
Baixa tecnologia	12 213 956	5 300 495	4 195 654	1.5	-1.8	-20.8	35.5	35.1	34.4	38.5	-0.7	-7.2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Saídas	36 739 194	16 296 361	11 390 413	5.5	0.0	-30.1	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-30.1		
Residual	1 977 781	866 869	494 497	16.9	13.0	-43.0	4.8	5.4	5.3	4.3	0.6	-2.3		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	46 993 218	20 406 273	14 486 489	5.5	1.8	-29.0	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-29.0		
Alta tecnologia	8 471 743	3 639 657	2 730 279	5.3	1.6	-25.0	18.1	18.0	17.8	18.8	0.3	-4.5		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 731	3 181 042	2 541 223	5.2	0.6	-20.1	17.0	16.8	15.9	17.8	0.1	-3.2		
Média-alta tecnologia	17 006 228	7 548 589	5 012 319	5.0	2.5	-33.6	35.9	36.2	37.0	34.6	0.9	-12.4		
Média-baixa tecnologia	9 531 651	4 108 549	2 690 509	9.1	3.4	-34.5	20.0	20.3	20.1	18.6	0.7	-6.9		
Baixa tecnologia	11 983 596	5 109 478	4 053 382	3.8	-0.1	-20.7	26.0	25.5	25.0	28.0	0.0	-5.2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Entradas	58 747 203	25 549 421	17 210 592	7.1	5.8	-32.6	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-32.6		
Residual	11 753 985	5 143 148	2 724 103	15.4	25.6	-47.0	16.9	20.0	20.1	15.8	4.3	-9.5		

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

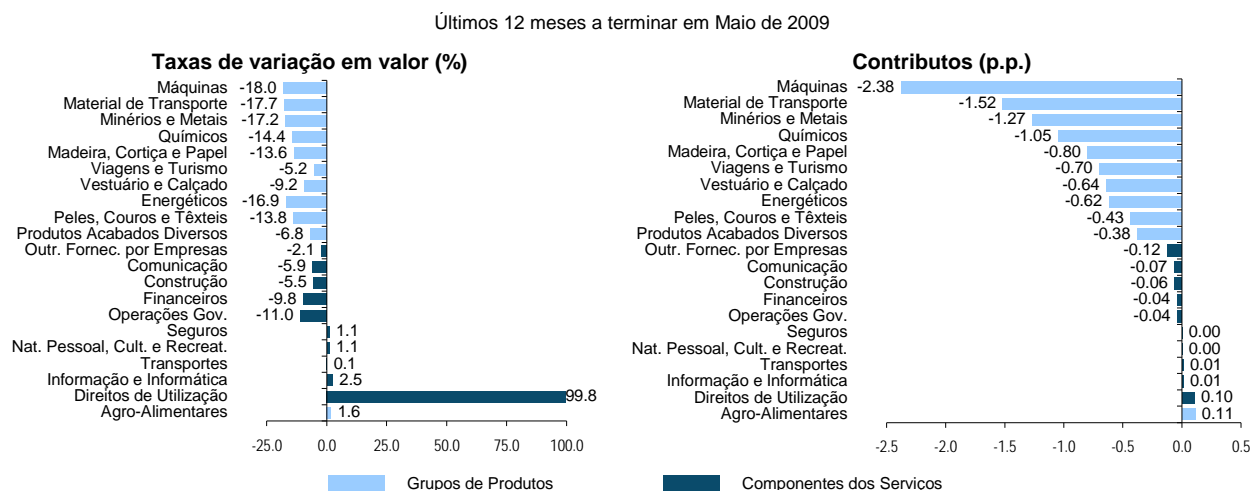
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Segundo dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de Janeiro a Maio de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 33,0% do lado das “exportações” (crédito), e de 18,9% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses a terminar em Maio, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 9,9% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-0,9 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-9,0 p.p.) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Maio		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
	2008	2009	Anual		Jan-Mai		média anual 03-08	12 meses [2]		Jan-Mai	
			2003	2008	2008	2009		VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	23 643	18 396	100.0	100.0	100.0	100.0	7.4	-9.9	-9.9	-22.2	-22.2
Bens	16 817	12 327	72.2	68.1	71.1	67.0	6.1	-13.1	-9.0	-26.7	-19.0
Serviços	6 825	6 069	27.8	31.9	28.9	33.0	10.4	-2.9	-0.9	-11.1	-3.2
Transportes	1 894	1 673	5.4	8.5	8.0	9.1	17.7	0.1	0.0	-11.7	-0.9
Viagens e Turismo	2 549	2 240	14.9	13.3	10.8	12.2	4.9	-5.2	-0.7	-12.1	-1.3
Comunicação	271	246	0.8	1.1	1.1	1.3	14.3	-5.9	-0.1	-9.5	-0.1
Construção	263	213	0.7	1.2	1.1	1.2	19.0	-5.5	-0.1	-18.9	-0.2
Seguros	48	53	0.2	0.2	0.2	0.3	4.4	1.1	0.0	10.4	0.0
Financeiros	94	77	0.4	0.4	0.4	0.4	10.7	-9.8	0.0	-18.5	-0.1
Informação e Informática	108	108	0.2	0.5	0.5	0.6	22.9	2.5	0.0	-0.2	0.0
Direitos de Utilização	19	82	0.1	0.1	0.1	0.4	11.4	99.8	0.1	336.8	0.3
Outr. Fornec. por Empresas	1 423	1 223	4.4	6.1	6.0	6.6	14.3	-2.1	-0.1	-14.0	-0.8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	86	86	0.3	0.4	0.4	0.5	11.4	1.1	0.0	0.1	0.0
Operações Governamentais	70	68	0.4	0.3	0.3	0.4	3.3	-11.0	0.0	-3.1	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	30 031	22 331	100.0	100.0	100.0	100.0	8.0	-8.8	-8.8	-25.6	-25.6
Bens	25 433	18 110	84.8	84.0	84.7	81.1	7.8	-10.5	-8.9	-28.8	-24.4
Serviços	4 597	4 220	15.2	16.0	15.3	18.9	9.2	0.3	0.0	-8.2	-1.3
Transportes	1 437	1 130	4.6	4.9	4.8	5.1	9.6	-6.9	-0.3	-21.4	-1.0
Viagens e Turismo	1 185	1 124	4.4	4.1	3.9	5.0	6.6	-1.9	-0.1	-5.1	-0.2
Comunicação	214	206	0.5	0.8	0.7	0.9	17.9	2.8	0.0	-3.6	0.0
Construção	81	55	0.3	0.2	0.3	0.2	2.6	-17.5	0.0	-32.8	-0.1
Seguros	83	78	0.3	0.3	0.3	0.4	5.6	2.5	0.0	-6.3	0.0
Financeiros	83	80	0.3	0.4	0.3	0.4	10.1	22.1	0.1	-4.1	0.0
Informação e Informática	152	162	0.4	0.5	0.5	0.7	11.4	4.7	0.0	6.2	0.0
Direitos de Utilização	142	154	0.6	0.5	0.5	0.7	4.6	4.3	0.0	8.4	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	997	997	3.0	3.6	3.3	4.5	11.9	9.5	0.3	0.0	0.0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	163	183	0.5	0.6	0.5	0.8	12.0	15.2	0.1	12.3	0.1
Operações Governamentais	59	52	0.3	0.2	0.2	0.2	0.8	-12.7	0.0	-12.3	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Artigos

Em Análise

Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005 – 2008 (*mirror statistics*)

Walter Anatole Marques¹

1. Introdução

•As estatísticas do comércio intracomunitário de Portugal, quando analisadas através dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística ou por cada um dos organismos estatísticos dos parceiros comunitários (*mirror statistics*), apresentam divergências, por vezes significativas, com consequente reflexo nas balanças comerciais construídas a partir dos dados produzidos pelas duas fontes.

•No exercício que se segue, que abrange os anos de 2005 a 2008, foram utilizados dados de base do Eurostat (Intra and Extra-EU trade data).

•Foi analisado o comportamento, em Portugal, das chegadas e das expedições de mercadorias, nas duas ópticas, face ao conjunto dos países da UE-27, para os principais parceiros comerciais (Espanha, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Países Baixos), e para o conjunto dos 12 Países do Alargamento da União. Os seis países individualizados representaram em 2008 cerca de 88% das chegadas a Portugal provenientes do espaço comunitário, e 87% das expedições. Os Países do Alargamento pesaram respectivamente cerca de 3% e 4% nas chegadas e nas expedições portuguesas no mesmo ano.

•Complementarmente, desceu-se ao nível do capítulo da Nomenclatura Combinada (NC-2) para identificar, em cada caso, o tipo de produtos em que incidem as maiores divergências.

•Na transformação dos valores dos dois fluxos com origem nos organismos estatísticos dos parceiros comunitários em Cif ou em Fob, para maior aproximação aos resultados nacionais, foram utilizados os factores médios anuais de conversão Cif-Fob usados em Portugal², o que poderá também contribuir, em certa medida, para as assimetrias observadas.

2. Causas das assimetrias das “*mirror statistics*”

Existe um conjunto de causas habitualmente referidas que, não sendo exaustivas, podem explicar muitas das discrepâncias encontradas nas “*mirror statistics*”³.

2.1 – Limiares

Com a finalidade de simplificar a recolha da informação estatística, mantendo-se contudo uma aceitável qualidade da informação global, o Intrastat criou um sistema de limiares. É o caso, por exemplo, do **limiar de assimilação**, que é o limite do valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual o responsável pelo fornecimento da informação fica dispensado de fornecer a declaração Intrastat.

A cobertura do comércio, por aplicação dos limiares em cada Estado-membro, é variável, sendo em geral a cobertura das expedições melhor do que a das chegadas. Em 2008, no caso de Portugal, este

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

² 2005 – 0,9542; 2006 – 0,9551; 2007 e 2008 – 0,9548.

³ Ver BOPCOM-00/36 – Thirteenth Meeting of the IMF Committee on Balance of Payments Statistics – Washington, D.C., October 23-27, 2000 – “Differences in the Mirror Statistics in INTRASTAT”

limiar era de 100 mil euros para as Chegadas e de 230 mil euros para as Expedições. Para 2009 foi substancialmente aumentado, passando para 400 mil euros nas Chegadas e 550 mil nas expedições, o que se pretende permitirá alcançar-se uma taxa de cobertura do Comércio Intracomunitário de 95% nas Chegadas e nas Expedições.

Do Quadro 1 constam os montantes dos limiares de assimilação entre 2006 e 2009, em cada um dos fluxos, dos países da Comunidade. Como se pode observar, enquanto que em 2006 os limiares de Portugal apenas foram superiores aos de 4 países (Grécia, Chipre, Lituânia e Malta), nas duas vertentes, com o aumento anual sucessivo verificado deste então temos que em 2009 o limiar português nas chegadas é superior ao de 20 parceiros comunitários e o limiar das expedições é superior ao de 22.

**Quadro 1 – Limiares de Assimilação nos Estados-membros da União Europeia
2006-2009**

Valores em Euros

Países	CHEGADAS				EXPEDIÇÕES			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
BE Bélgica	400 000	400 000	400 000	400 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
NL P. Baixos	400 000	400 000	400 000	900 000	400 000	400 000	900 000	900 000
DK Dinamarca	216 216	242 000	268 000	560 000	554 054	630 000	697 000	733 000
IE Irlanda	191 000	191 000	191 000	191 000	635 000	635 000	635 000	635 000
PT Portugal	50 000	70 000	100 000	400 000	80 000	110 000	230 000	550 000
SE Suécia	243 293	238 000	238 000	635 000	497 644	484 000	484 000	476 000
HU Hungria	240 000	240 000	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000
DE Alemanha	300 000	300 000	300 000	400 000	300 000	300 000	300 000	400 000
SK Eslováquia	77 674	132 749	132 749	200 000	155 348	265 498	265 498	400 000
UK R.Unido	329 217	385 000	385 000	342 000	329 217	385 000	385 000	342 000
CZ Rep. Checa	65 000	65 000	65 000	320 000	130 000	130 000	130 000	320 000
AT Áustria	250 000	300 000	300 000	300 000	250 000	300 000	300 000	300 000
FI Finlândia	100 000	100 000	200 000	200 000	200 000	200 000	300 000	300 000
PL Polónia	118 835	127 166	128 366	343 652	190 137	203 626	205 386	264 348
ES Espanha	200 000	200 000	250 000	250 000	200 000	200 000	250 000	250 000
IT Itália	150 000	180 000	180 000	180 000	200 000	250 000	250 000	250 000
RO Roménia	-	85 000	89 643	82 749	-	250 000	268 930	248 248
BG Bulgária	-	76 694	76 694	153 390	-	51 129	153 388	204 520
SI Eslovénia	94 308	85 000	85 000	120 000	94 308	200 000	200 000	200 000
LT Lituânia	31 858	72 405	130 329	144 810	57 924	101 367	159 291	188 253
FR França	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
LU Luxemburgo	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
LV Letónia	69 721	69 721	92 487	142 288	115 253	115 253	139 442	139 442
EE Estónia	127 823	127 823	127 823	127 823	127 823	127 823	127 823	127 823
GR Grécia [1]	45 000	55 000	75 000	100 000	45 000	60 000	65 000	75 000
CY Chipre	42 715	52 147	45 000	70 000	42 715	52 147	45 000	70 000
MT Malta	700	700	700	700	700	700	700	700

[1] Não se dispôs do valor da Grécia para 2007, e sendo o limiar crescente nos 3 anos conhecidos, utilizou-se a média de 2006 e 2008.

Nota: Em fundo cinzento estão assinalados os países que, em cada ano, apresentam limiares de assimilação inferiores aos de Portugal.

O desfasamento dos limiares entre dois Estados-membros permite que um movimento de mercadorias seja registado num deles e não o seja no outro.

O INE faz mensalmente estimativas dos valores abaixo dos limiares de assimilação, apenas ao nível de Capítulo da NC, que contudo não são repercutidas nos dados constantes da base de dados do Eurostat.

2.2 – Não-respostas

As percentagens das não-respostas diferem entre os diversos Estados-membros.

No caso português são feitas mensalmente estimativas ao nível de capítulo da NC, que contudo também não se repercutem nos dados constantes da base de dados do Eurostat.

2.3 – Confidencialidade

Pode afectar um produto ou a classificação do país. Um Estado-membro pode excluir uma transacção das estatísticas detalhadas e o parceiro incluí-las; pode ainda atribuir um código diferente ao produto ou ao país.

Há três tipos de confidencialidade:

- **Confidencialidade do país** - oculta a origem ou o destino de um produto, sendo o código do país substituído por um código único de confidencialidade intracomunitário ou extracomunitário.
- **Confidencialidade do produto** - oculta a natureza da mercadoria em causa, que é alocada a um código confidencial de produto.
- **Confidencialidade do país e do produto** – são aplicados os dois tipos de confidencialidade anteriores.

Certos Estados-membros introduzem assimetrias ao gerarem confidencialidade a nível detalhado com a deslocação de informação de um capítulo para outro, em geral para o Capº 99 (códigos especiais de classificação ou reagrupamento de utilização facultativa em alternativa a códigos mais específicos da NC).

2.4 – Comércio triangular

Trata-se de um conjunto de transacções comerciais cujo circuito documental/comercial não acompanha o circuito físico das mercadorias. É o caso de uma empresa do Estado-membro A que vende uma mercadoria para o Estado-membro B, que por sua vez a vende para um Estado-membro C, mas em que a mercadoria transitou directamente de A para C. Neste caso, o Intrastat deveria registar uma expedição de A para C e uma chegada em C vinda de A. Contudo há o risco de A ou C considerarem o Estado-membro B como parceiro comercial, enquanto B não registou a transacção.

2.5 – Definição do valor da mercadoria

Os operadores podem encontrar dificuldades no estabelecimento do valor Cif ou Fob da mercadoria a partir do valor de factura (se, por exemplo, o valor do transporte não vem suficientemente detalhado).

2.6 – Diferente classificação de mercadorias

Por vezes as empresas encontram dificuldade em classificar correctamente uma mercadoria. Erros ou diferentes interpretações ao nível da NC-8 podem ocasionar divergências a esse nível ou mesmo ao nível de capítulo. Em geral a classificação das mercadorias é mais correcta na expedição do que na chegada.

2.7 – Desfasamento no tempo

A mesma operação pode ser registada no país exportador e no país importador em períodos diferentes dependendo, por exemplo, da duração do tempo de transporte.

2.8 – Declaração fraudulenta do IVA

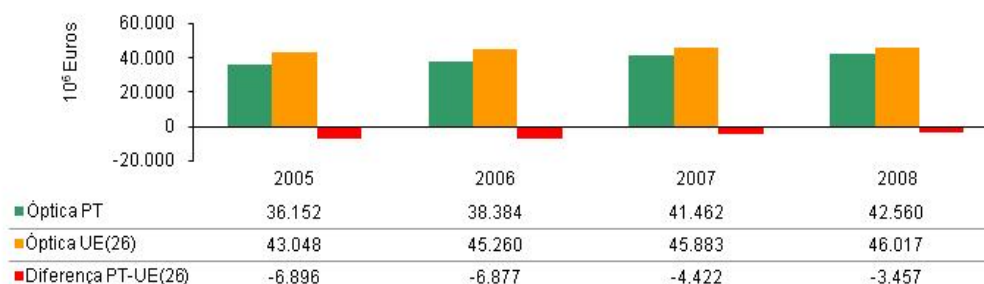
Influencia as estatísticas. É o caso, por exemplo, da chamada fraude em carrossel, que consiste na criação em diferentes Estados-membros de sociedades que realizam entre elas operações fictícias de revenda, fazendo-se reembolsar do IVA, e que desaparecem antes de serem detectadas pelas administrações fiscais. Presume-se que o efeito sobre as estatísticas de comércio se faz sentir mais do lado do país de expedição do que do país de chegada.

3. Balança comercial de Portugal com a UE-27

Se compararmos as Chegadas (Cif) de mercadorias a Portugal provenientes do espaço comunitário, segundo o INE, com as Expedições (Fob) dos restantes 26 Estados-membros para Portugal (convertidas a Cif), encontramos um défice tendencialmente decrescente dos valores nacionais, da ordem dos -7 milhões de Euros em 2005 e 2006, de -4,4 milhões em 2007 e de -3,5 milhões em 2008 (Figura 1).

Figura 1 – Chegadas a Portugal (Cif)

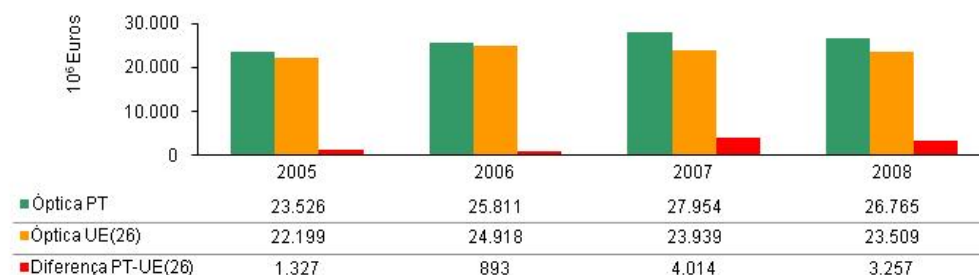
(mirror statistics)



Comparando agora as Expedições (Fob) portuguesas para a Comunidade, com as Chegadas (Cif) contabilizadas nos países de destino (convertidas a Fob), verifica-se um excesso do lado de Portugal (Figura 2).

Figura 2 – Expedições de Portugal (Fob)

(mirror statistics)

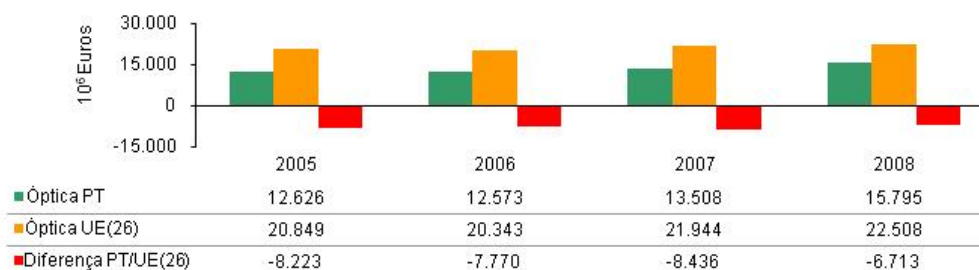


Temos assim que o défice comercial obtido a partir das estatísticas portuguesas, quando comparado com o construído a partir das estatísticas dos nossos parceiros, se encontra subavaliado nestes 4 anos entre 6,7 e 8,4 milhões de Euros, ou seja, entre 30% e 40% (Figura 3 e Quadro 2).

Uma das possíveis razões que poderá estar na base da divergência do lado das chegadas a Portugal, será um défice de informação (não-respostas).

Figura 3 – Défice (Fob-Cif)

(mirror statistics)



Quadro 2 - Diferencial das componentes da balança comercial portuguesa vista do lado de Portugal e do lado dos 26 parceiros da UE (%)

	2005	2006	2007	2008
Chegadas (Cif) [PT-UE 26]	-16.0%	-15.2%	-9.6%	-7.5%
Expedições (Fob) [PT-UE 26]	+6.0%	+3.6%	+16.8%	+13.9%
Défice (Fob-Cif) [PT/UE 26]	-39.4%	-38.2%	-38.4%	-29.8%

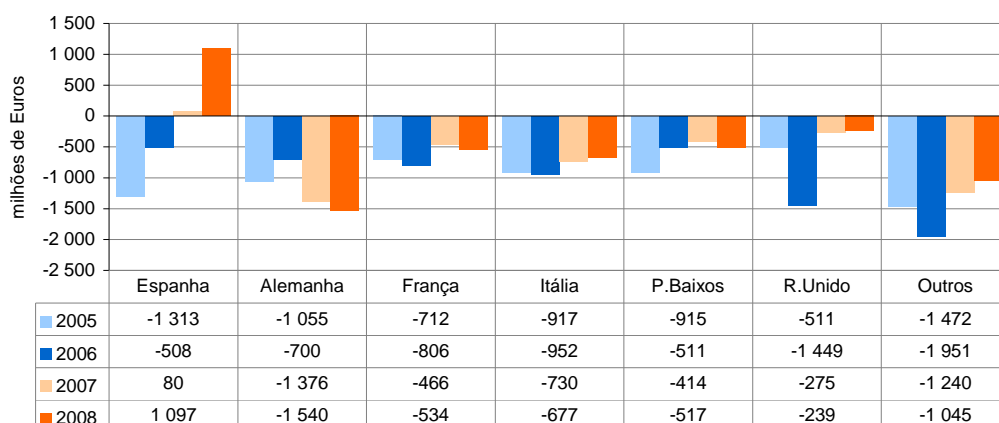
Nota: Conversões entre valores Cif e Fob efectuadas com utilização dos factores médios anuais para Portugal - 2005 (0,9542), 2006 (0,9551), 2007 e 2008 (0,9548).

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2005 e 2006 - Annual data-supplement 2/2008; 2007 e 2008 - Monthly data 6/2009.

4. Diferencial entre os dados portugueses e os dos principais parceiros comunitários ao nível global

Nas figuras que se seguem, encontra-se representado o diferencial entre os dados portugueses e os dos principais parceiros comunitários (Espanha, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Países Baixos).

Figura 4 – Chegadas
Diferencial entre os dados portugueses e os dos principais parceiros comunitários



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2005 e 2006 - Annual data-supplement 2/2008; 2007 e 2008 - Monthly data nº 6/2009.

À excepção da Espanha, em 2007 e mais acentuadamente em 2008, em todos os restantes principais parceiros comerciais comunitários os dados respeitantes à **Chegadas** de mercadorias a Portugal, reportados pelas estatísticas portuguesas, são inferiores aos obtidos através das estatísticas desses países, o que pode indiciar um défice de informação (não-respostas). Entre os seis principais parceiros, as maiores diferenças incidem na Alemanha (Figura 4).

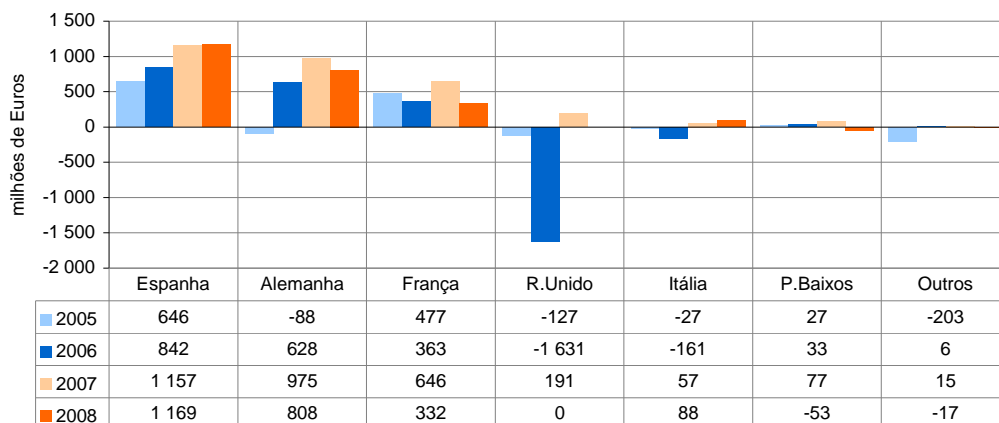
Apesar do reduzido peso relativo do conjunto dos restantes parceiros comunitários no valor total das chegadas, face aos seis principais mercados, são de sublinhar os elevados diferenciais que lhes cabem.

Do lado das **Expedições**, nos três principais mercados (Espanha, Alemanha e França) os dados nacionais superam os veiculados por esses países. No caso do Reino Unido, após dois anos de diferenciais negativos em 2005 e 2006, com destaque para este último ano, assistiu-se a uma inversão

em 2007 e prático anulamento do diferencial em 2008. Os diferenciais respeitantes a Itália, Países Baixos e restantes países são de relativa pequena monta (Figura 5).

Figura 5 – Expedições

Diferencial entre os dados portugueses e os dos principais parceiros comunitários



Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; 2005 e 2006 - Annual data-supplement 2/2008; 2207 e 2008 - Monthly data nº 6/2009.

5. Capítulos da Nomenclatura Combinada onde incidem as maiores diferenças. Contributos dos seis principais mercados para o total

Torna-se difícil, aos Estados-membros, quantificar as causas das assimetrias. O maior obstáculo, ao nível dos produtos, parece ser o tratamento que cada um dá à confidencialidade. Se bem que a confidencialidade do produto não se reflecta na balança comercial, já a confidencialidade do país ou a confidencialidade simultânea do país/produto contribuem para as divergências encontradas.

Alguns Estados-membros, como já atrás foi referido, aplicam a confidencialidade por deslocamento de informação de um Capítulo da Nomenclatura Combinada para outro (em geral o Capº 99), ou a nível de país, o que dificulta também a detecção de assimetrias.

Nos quadros que se seguem, encontram-se identificados os 10 Capítulos da NC (produtos NC-2) em que se verificaram as maiores assimetrias nas chegadas e nas saídas de mercadorias entre Portugal e o conjunto de países da UE, e respectivos contributos percentuais dos nossos 6 principais mercados comunitários⁴ e agregado dos restantes para a média das diferenças registadas em cada Capítulo nos anos de 2007 e 2008. Diferenças negativas significam que os dados portugueses, em cada fluxo, são inferiores aos que se obtêm a partir do conjunto dos países da UE, e diferenças positivas quando os dados nacionais são superiores.

•Chegadas

Os 10 Capítulos constantes do Quadro 3, representam 61,1% do **diferencial negativo** (Port<) nas chegadas de mercadorias em 2007 e 2008. Os maiores contributos para o total da média das diferenças cabem aos Capítulos das “Máquinas e aparelhos mecânicos” (19,4%), das “Máquinas e aparelhos eléctricos” (12,3%) e dos “Veículos automóveis e outros terrestres” (8,5%), destacando-se o contributo da Alemanha para este resultado.

⁴ Espanha, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Países Baixos.

Quadro 3 - Chegadas de mercadorias a Portugal com origem na UE
Diferenciais negativos por Capítulos da NC
Contributos dos mercados, em percentagem, para a média de 2007-2008

84-Máquinas e aparelhos mecânicos (19,4% do total dos dif. neg.)		85-Máquinas e aparelhos eléctricos (12,3% do total dos dif. neg.)		87-Veículos automóveis e outr. terrestres (8,5% do total dos dif. neg.)		39-Plásticos (4,8% do total dos dif. neg.)		73-Obras de ferro e aço (4,3% do total dos dif. neg.)	
Alemanha	43.3	Outros UE	42.1	Alemanha	84.8	Outros UE	33.6	Espanha	39.3
Outros UE	20.6	Alemanha	32.8	Outros UE	34.2	Espanha	21.2	Alemanha	15.0
Itália	18.6	P.Baixos	23.0	Espanha	11.0	Alemanha	16.2	França	13.6
P.Baixos	11.3	França	11.5	P.Baixos	8.0	Itália	15.9	Itália	11.7
França	11.2	Itália	7.5	Itália	2.4	França	15.5	Outros UE	10.9
R.Unido	5.4	R.Unido	-0.9	R.Unido	0.0	R.Unido	0.9	P.Baixos	6.1
Espanha	-10.4	Espanha	-16.0	França	-40.6	P.Baixos	-3.2	R.Unido	3.5

90-Apar. óptica, fotogr., medida, precisão, médic. (2,8% do total dos dif. neg.)		88-Aeronaves (2,4% do total dos dif. neg.)		02-Carnes e miudezas comestíveis (2,3% do total dos dif. neg.)		62-Vestuário excepto de malha (2,2% do total dos dif. neg.)		72-Ferro e aço (2,1% do total dos dif. neg.)	
Alemanha	50.4	Espanha	52.7	P.Baixos	43.7	França	36.2	França	37.4
Outros UE	17.4	Alemanha	40.2	Espanha	32.9	Itália	28.0	P.Baixos	23.7
França	11.9	França	38.7	Outros UE	15.9	Outros UE	11.8	Outros UE	22.2
R.Unido	11.7	Itália	10.6	França	5.6	Alemanha	9.2	R.Unido	18.8
Itália	9.7	R.Unido	7.2	Itália	2.2	P.Baixos	6.8	Itália	13.7
P.Baixos	9.1	P.Baixos	1.3	Alemanha	1.1	Espanha	4.2	Espanha	5.6
Espanha	-10.1	Outros UE	-50.7	R.Unido	-1.4	R.Unido	3.9	Alemanha	-21.4

Nota: As percentagens de sinal negativo, a azul, reportam-se a contributos positivos para o total.
 Fonte: GEE, a partir de dados de base Eurostat - Monthly data nº 6/2009.

Entre os **diferenciais positivos** (Port>), destaca-se o Capítulo dos “Combustíveis e óleos”, fundamentalmente devido ao contributo da Espanha, pelos motivos já apontados (importação de gás natural).

•Expedições

Os Capítulos constantes do Quadro 4, representam 79,3% do **diferencial negativo** (Port<) das expedições portuguesas de mercadorias em 2007 e 2008. Os maiores contributos para o total da média das diferenças incidiram nos Capítulos da “Pasta de papel”, “Produtos diversos das indústrias químicas” e “Papel e cartão”.

Quadro 4 – Expedições de mercadorias de Portugal para a UE
Diferenciais negativos por Capítulos da NC
Contributos dos mercados, em percentagem, para a média de 2007-2008

47-Pasta de papel		38-Produtos div. das indústrias químicas		48-Papel e cartão		16-Preparados de carne e peixe		02-Carnes e miudezas comestíveis	
(28,0% do total dos dif. neg.)		(11,7% do total dos dif. neg.)		(11,6% do total dos dif. neg.)		(6,7% do total dos dif. neg.)		(6,3% do total dos dif. neg.)	
Alemanha	35.9	P.Baixos	51.5	França	33.9	Alemanha	41.4	Alemanha	38.2
P.Baixos	34.5	Alemanha	19.9	Outros UE	29.4	P.Baixos	25.9	Outros UE	22.5
Outros UE	12.0	Espanha	16.1	Itália	27.3	Itália	10.5	França	21.4
Espanha	9.9	Outros UE	9.8	Alemanha	7.4	R.Unido	8.9	R.Unido	7.8
França	3.6	França	5.3	R.Unido	6.6	Outros UE	7.1	P.Baixos	7.4
Itália	2.2	Itália	0.2	P.Baixos	6.6	Espanha	5.1	Itália	2.2
R.Unido	1.7	R.Unido	-2.8	Espanha	-11.2	França	1.1	Espanha	0.4

20-Preparados hortícolas e de frutas		12-Sementes e frutos oleaginosos		99-Enc postais, prov bordo, confid., n.e.		89-Embarcações e estruturas flutuantes		49-Livros, jornais e produtos gráficos	
(3,6% do total dos dif. neg.)		(3,4% do total dos dif. neg.)		(2,8% do total dos dif. neg.)		(2,8% do total dos dif. neg.)		(2,3% do total dos dif. neg.)	
Alemanha	41.1	Espanha	101.1	Alemanha	61.6	Itália	41.5	Espanha	114.5
Outros UE	19.6	Outros UE	0.8	Outros UE	33.1	Alemanha	27.1	P.Baixos	0.6
R.Unido	17.7	Alemanha	0.7	Espanha	3.6	Outros UE	26.0	Alemanha	-0.3
Espanha	17.2	P.Baixos	0.2	P.Baixos	0.8	Espanha	23.4	Itália	-0.6
França	5.8	R.Unido	-0.4	R.Unido	0.7	França	-4.1	França	-2.4
Itália	2.5	França	-1.0	França	0.1	R.Unido	-6.9	Outros UE	-5.1
P.Baixos	-3.9	Itália	-1.4	Itália	0.0	P.Baixos	-7.0	R.Unido	-6.6

Nota: As percentagens de sinal negativo, a azul, reportam-se a contributos positivos para o total.

Fonte: GEE, a partir de dados de base Eurostat - Monthly data nº 6/2009.

Quadro 5 – Expedições de mercadorias de Portugal para a UE
Diferenciais positivos por Capítulos da NC
Contributos dos mercados, em percentagem, para a média de 2007-2008

87-Veículos automóveis e outros terrestres		39-Plásticos		61-Vestuário de malha		85-Máquinas e aparelhos eléctricos		73-Obras de ferro e aço	
(36,1% do total dos dif. pos.)		(10,8% do total dos dif. pos.)		(7,2% do total dos dif. pos.)		(5,6% do total dos dif. pos.)		(5,3% do total dos dif. pos.)	
Alemanha	85.5	Espanha	76.5	Espanha	41.2	Espanha	38.6	Espanha	50.6
França	26.6	P.Baixos	10.5	R.Unido	8.7	Alemanha	24.1	França	21.3
Itália	1.9	França	7.6	França	7.2	Outros UE	15.5	R.Unido	13.0
R.Unido	-1.4	Outros UE	3.7	Outros UE	4.7	Itália	9.8	Alemanha	12.9
P.Baixos	-1.7	R.Unido	1.5	Itália	4.2	R.Unido	9.5	Outros UE	6.6
Espanha	-4.8	Alemanha	0.5	P.Baixos	4.1	P.Baixos	2.5	P.Baixos	-0.5
Outros UE	-6.1	Itália	-0.2	Alemanha	-4.1	França	0.1	Itália	-4.0

27-Combustíveis e óleos		76-Alumínio e suas obras		94-Mobiliário e aparelhos de iluminação		40-Borracha e suas obras		44-Madeira e suas obras	
(4,6% do total dos dif. pos.)		(3,6% do total dos dif. pos.)		(3,5% do total dos dif. pos.)		(2,3% do total dos dif. pos.)		(2,2% do total dos dif. pos.)	
Espanha	54.4	Espanha	69.9	Espanha	59.5	Espanha	64.1	Espanha	66.9
Itália	34.5	Alemanha	20.6	França	31.3	P.Baixos	33.3	Alemanha	14.1
P.Baixos	14.5	França	3.3	Outros UE	16.7	Outros UE	6.3	Outros UE	12.7
R.Unido	1.7	Outros UE	2.5	P.Baixos	0.8	R.Unido	5.4	P.Baixos	5.6
França	0.3	P.Baixos	1.6	Itália	0.3	Itália	5.3	R.Unido	3.0
Alemanha	0.1	Itália	1.3	Alemanha	-4.1	França	5.0	França	-0.3
Outros UE	-5.6	R.Unido	0.8	R.Unido	-4.5	Alemanha	-19.4	Itália	-1.8

Nota: As percentagens de sinal negativo, a azul, reportam-se a contributos negativos para o total.

Fonte: GEE, a partir de dados de base Eurostat - Monthly data nº 6/2009.

No Quadro 5 relacionam-se 10 Capítulos que explicam 81,2% do total das **diferenças positivas** (Port>) verificadas nas expedições de mercadorias em 2007 e 2008. Os “Veículos automóveis e outros terrestres” representaram 36,1% do total do diferencial positivo, os “Plásticos” 10,8%, o “Vestuário de malha” 7,2%, as “Máquinas e aparelhos eléctricos” 5,6% e as “Obras de ferro e aço” 5,3%.

A Alemanha deteve a maior quota do diferencial positivo no âmbito das expedições portuguesas de veículos automóveis, o que terá a ver com a forma de contabilização, por parte deste país, dos veículos de marca alemã fabricados em Portugal.

Em todos os restantes 9 Capítulos, a Espanha encabeça o *ranking* dos maiores contributos.

Para maior detalhe do diferencial do valor médio em 2007 e 2008, entre os dados portugueses e os dos parceiros comunitários por mercados e Capítulos da Nomenclatura Combinada, consultar na página Web do GEE, em [GEE Papers](#), [Temas Económicos](#), a publicação “[Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários](#)”.

<http://www.gee.min-economia.pt/>

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Fundo de Recuperação de Empresas	<p>Foi criado um Fundo de Recuperação de Empresas, direccionado para as Pequenas e Médias Empresas (PME), estabelecido por via de uma parceria entre o Estado português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, e as cinco maiores instituições financeiras nacionais.</p> <p>Este Fundo, divulgado em 21 de Julho de 2009, visa apoiar a reestruturação de empresas com potencial económico, mas com estruturas financeiras desajustadas, permitindo assim uma dinamização do tecido empresarial português, mantendo os níveis de actividade e, simultaneamente, potenciando a consolidação empresarial, bem como as soluções de sucessão e profissionalização da gestão.</p> <p>O capital inicial subscrito é de 395 milhões de euros, cabendo ao Estado uma participação de 15,2%. O Fundo poderá atingir um máximo de 750 milhões de euros, através do reforço das posições das instituições de crédito aderentes ou da adesão de novas instituições de crédito ou de outras entidades públicas ou privadas.</p> <p>O Fundo terá uma duração de 15 anos, com um período de investimento de três a cinco anos, e poderá actuar em todos os sectores de actividade, exceptuando o sector financeiro.</p> <p>Este Fundo será regulado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e vem dinamizar uma tipologia de fundos de investimento de “refinanciamento de dívida” ou de “<i>turnaround</i>”, que até ao momento representavam menos de 2,5% do valor global do mercado.</p>
Nova linha de crédito para o turismo	<p>Em Julho de 2009, o Governo lançou uma nova linha de crédito de 100 milhões de euros, destinada a apoiar as empresas do sector do turismo que estão a atravessar dificuldades de tesouraria, de forma a fazer face à crise económica e financeira mundial. O montante máximo é de um milhão de euros por projecto.</p>
Segunda fase do Programa Solar Térmico 2009	<p>Foi apresentada a segunda fase do programa Solar Térmico 2009, que estende esta medida às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e às Associações Desportivas com Utilidade Pública, a partir do mês de Agosto de 2009.</p> <p>O Programa Solar Térmico 2009, lançado em Março, integra uma solução com condições especiais para a aquisição de painéis solares térmicos pelos consumidores particulares e está previsto no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.</p>
Internacionalização das empresas portuguesas	<p>No Conselho de Ministros de 5 de Agosto 2009 foi aprovado o Decreto-Lei que regulamenta o regime fiscal contratual aplicável aos projectos de investimento realizados pelas empresas portuguesas com vista à internacionalização.</p> <p>Os benefícios fiscais com vista à internacionalização consistem num crédito de imposto, concedido por via contratual por um período de vigência até cinco anos a contar da conclusão do projecto de investimento e correspondente a 10% das aplicações relevantes, com possibilidade de majoração em função de condições específicas da empresa ou do projecto em causa, designadamente quando se tratar de projectos de investimento promovidos por Pequenas e Médias Empresas (PME).</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Coelima – Empresa em reestruturação</i></p> <p>Despacho n.º 16948/2009 - II Série Parte C n.º 141, de 23/07</p>	<p>Declara a Coelima, Indústrias Têxteis, S. A., como empresa em reestruturação, com referência ao triénio de 2009-2011, para efeitos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro. O Ministério da Economia, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) emitiu parecer favorável e foram ouvidos os parceiros sociais sobre a situação económica e do emprego no sector em causa.</p>
<p><i>Programa Operacional Potencial Humano – POPH- QREN 2007-2013</i></p> <p>Despacho n.º 17243/2009 - II Série Parte C n.º 143, de 27/07</p>	<p>Altera os artigos 4.º, 5.º e 16.º do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 7.6, «Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres» do Programa Operacional Potencial Humano. O presente despacho produz efeitos desde 17 de Julho de 2009.</p>
<p><i>Pedido de utilidade turística</i></p> <p>Despacho n.º 17235/2009 - II Série Parte C n.º 143, de 27/07</p>	<p>Determina os elementos que devem instruir os pedidos de atribuição de utilidade turística prévia, de utilidade turística a título definitivo e de prorrogação do prazo para conclusão de obras, abertura ou reabertura ao público e validade da utilidade turística atribuída a título prévio.</p>
<p><i>Crédito aos consumidores</i></p> <p>Declaração de Rectificação do Conselho de Ministros – Centro Jurídico n.º 55/2009 - I Série n.º 147, de 31/07</p>	<p>Rectifica o Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, por ter saído com inexactidões.</p>
<p><i>Proibição de produtos biocidas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 167/2009 - I Série n.º 147, de 31/07</p>	<p>Proíbe a colocação e a disponibilização no mercado de produtos que contenham o biocida fumarato de dimetilo (DMF), dando cumprimento à Decisão n.º 2009/251/CE, de 17 de Março, da Comissão Europeia.</p>
<p><i>Defesa do montado e valorização da fileira da cortiça</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 64/2009 - I Série n.º 149, de 4/08</p>	<p>A Assembleia da República recomenda à Autoridade da Concorrência para proceder à investigação aprofundada e urgente sobre o que se está a passar neste importante e estratégico sector para a economia nacional, designadamente ao nível da comercialização a montante e a jusante com particular incidência nas importações e exportações, e a tomada de medidas ou recomendação de propostas que considere necessárias ao normal funcionamento do mercado e estabilidade do sector.</p>
<p><i>Recomposição dos pólos de desenvolvimento turístico de Leiria - Fátima e do Oeste</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 187/2009 - I Série n.º 155, de 12/08</p>	<p>Altera a composição dos pólos de desenvolvimento turístico de Leiria-Fátima e do Oeste, deixando os municípios de Alcobaça e de Nazaré de integrar o pólo de desenvolvimento turístico de Leiria-Fátima, mas passando a integrar o pólo de desenvolvimento turístico do Oeste.</p>
<p><i>Alteração do Código de Processo do Trabalho</i></p> <p>Lei n.º 76/2009 - I Série n.º 156, de 13/08</p>	<p>Autoriza o Governo a: a) Alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro; b) Clarificar os termos em que, até à entrada em vigor do n.º 1 do artigo 391.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, o trabalhador pode optar por uma indemnização em substituição da reintegração; c) Prever a competência dos tribunais do trabalho em matéria cível para o controlo da legalidade da constituição e dos estatutos das associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores, alterando para o efeito as necessárias disposições legais relativas à organização e funcionamento dos tribunais judiciais; d) Criar mecanismos de incentivo ao recurso à mediação laboral. A presente autorização legislativa tem a duração de 120 dias.</p>
<p><i>Energia geotérmica</i></p> <p>Portaria n.º 865/2009 - I Série n.º 156, de 13/08</p>	<p>Determina os valores do coeficiente Z, aplicável às centrais eléctricas que utilizem energia geotérmica em Portugal Continental para projectos de grande profundidade e elevada entalpia.</p>
<p><i>Políticas públicas de turismo</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 191/2009 - I Série n.º 158, de 17/08</p>	<p>Estabelece as bases das políticas públicas de turismo, enquanto sector estratégico da economia nacional, e define os instrumentos para a respectiva execução. Quanto aos princípios gerais, o diploma reafirma a sustentabilidade ambiental, social e económica do turismo, salienta a transversalidade do sector, que torna fundamental a articulação das várias políticas sectoriais, aposta na garantia da competitividade das empresas e da livre concorrência e assegura a participação dos interessados na definição das políticas públicas. As políticas públicas de turismo são enquadradas por um conjunto de directrizes, metas e linhas de acção, identificados num Plano Estratégico Nacional do Turismo. A Política Nacional de Turismo tem por objectivos, nomeadamente: a) Aumentar os fluxos turísticos, bem como a permanência e</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País; b) Contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, para a criação de emprego, para o crescimento do produto interno bruto e para a redução de assimetrias regionais; c) Promover o reforço da organização regional do turismo; d) Promover a generalização do acesso dos Portugueses aos benefícios do turismo; e) Promover a acessibilidade às actividades e empreendimentos turísticos de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada; f) Estimular a competitividade internacional da actividade turística portuguesa através da qualificação da oferta; g) Criar as condições mais favoráveis para o aumento do investimento privado no turismo; h) Construir uma identidade turística nacional e uma atitude de hospitalidade transversal a todo o País; i) Estimular a concretização de parcerias público-privadas na prossecução da política de turismo e no seu financiamento; j) Introduzir mecanismos de compensação em favor das comunidades locais pela conversão do uso do solo e pela instalação de empreendimentos turísticos em zonas territoriais não destinadas previamente a uma finalidade turística. Este refere que as associações empresariais, sindicais e outras da área do turismo são parceiros fundamentais na definição e prossecução das políticas públicas de turismo.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.